

# O ELO EM FALTA

Repensar e redefinir as prioridades em  
matéria de VIH e violência baseada no  
género em contextos frágeis



© Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA (ONUSIDA), 2024

Alguns direitos reservados. Este trabalho está disponível sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 IGO (CC BY-NC-SA 3.0 IGO; <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/>).

Nos termos desta licença, o utilizador pode copiar, redistribuir e adaptar a obra para fins não comerciais, desde que a obra seja devidamente citada, como indicado abaixo. Em qualquer utilização deste trabalho, não deve haver qualquer sugestão de que a ONUSIDA apoia qualquer organização, produtos ou serviços específicos. A utilização do logotipo da ONUSIDA não é permitida. Se adaptar a obra, deve licenciá-la ao abrigo da mesma licença Creative Commons ou de uma licença equivalente. Se criar uma tradução desta obra, deve acrescentar a seguinte declaração de exoneração de responsabilidade juntamente com a citação sugerida: “Esta tradução não foi criada pela ONUSIDA. A ONUSIDA não é responsável pelo conteúdo ou exatidão desta tradução. A edição original em inglês é a edição obrigatória e autêntica”.

Qualquer mediação relativa a litígios decorrentes da licença deve ser efetuada em conformidade com as regras de mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (<http://www.wipo.int/amc/en/mediation/rules>).

Citação sugerida. O elo em falta: Repensar e redefinir as prioridades em matéria de VIH e violência baseada no género em contextos frágeis. Genebra: Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA; 2024. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

Materiais de terceiros. Se pretender reutilizar material desta obra que seja atribuído a terceiros, como tabelas, figuras ou imagens, é da sua responsabilidade determinar se é necessária autorização para essa reutilização e obter autorização do detentor dos direitos de autor. O risco de reclamações resultantes da violação de qualquer componente da obra pertencente a terceiros é exclusivamente do utilizador.

As designações utilizadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da ONUSIDA relativamente ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas relativamente às quais poderá não existir ainda um acordo total.

A menção de empresas específicas ou de produtos de determinados fabricantes não implica que estes sejam apoiados ou recomendados pela ONUSIDA em detrimento de outros de natureza semelhante que não são mencionados. Salvo erros e omissões, os nomes dos produtos patenteados são distinguidos por letras maiúsculas iniciais.

Foram tomadas todas as precauções razoáveis pela ONUSIDA para verificar as informações contidas nesta publicação. No entanto, o material publicado está a ser distribuído sem qualquer tipo de garantia, expressa ou implícita. A responsabilidade pela interpretação e utilização do material é do leitor. Em nenhuma circunstância a ONUSIDA será responsável por danos resultantes da sua utilização.

ONUSIDA/ JC3103/E

# ÍNDICE

---

INTRODUÇÃO	2
DEFINIÇÕES	4
RESUMO EXECUTIVO	7
Principais conclusões do relatório	8
Principais recomendações do relatório	9
ANTECEDENTES	11
Relação entre o VIH e a violência baseada no género	11
Orientação normativa entre o VIH e a violência baseada no género	12
O papel das operações de apoio à paz na abordagem do VIH e da violência baseada no género em contextos frágeis	13
Uma grande experiência no continente africano	16
NOVOS DADOS DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ E DOS PARCEIROS DE APOIO	21
Âmbito e metodologia	21
Resultados do estudo	23
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	34
REFERÊNCIAS	39



# INTRODUÇÃO

A violência baseada no género é uma violação flagrante dos direitos humanos. É fundamental pôr-lhe termo, incluindo em ambientes frágeis. Esta é a única forma de acabar com a epidemia da SIDA e de garantir que todos podem usufruir do seu direito à saúde e à vida.

Atualmente, as crises humanitárias são mais numerosas, complexas e prolongadas do que nunca. Em 2022, estavam em curso mais de 100 conflitos armados em todo o mundo (1). Uma em cada catorze pessoas que vivem com VIH vivia num contexto humanitário em 2016. Este tipo de contexto inclui situações desde emergências naturais e provocadas pelo homem a crises crónicas e de longa duração (2). Calcula-se que pelo menos uma em cada cinco raparigas ou mulheres deslocadas por conflitos seja vítima de violência sexual (3). No entanto, os esforços para prevenir e responder ao VIH e à violência baseada no género em contextos frágeis continuam a ser parciais, isolados, instáveis ou mesmo completamente ausentes, apesar dos compromissos normativos assumidos a nível global.

O presente relatório constitui um primeiro passo para alterar esta situação. Ao analisar o VIH e a violência com base no género no contexto das operações de apoio à paz<sup>1</sup> que destacam tropas africanas em África e esta investigação levanta questões e observações importantes sobre as lacunas, os desafios e as potenciais oportunidades para respostas multisectoriais e integradas ao VIH e à violência com base no género em todo o eixo entre ajuda humanitária e paz.

O apelo à ação é claro. Para acabar com a violência baseada no género e com a SIDA, precisamos de uma ação concertada que envolva múltiplos sectores. Precisamos de abordagens centradas nos sobreviventes e nas pessoas, e precisamos de um investimento sustentado em investigação para exploração multisectorial das questões levantadas neste relatório. Temos de garantir que todas as pessoas que vivem em ambientes frágeis usufruem dos seus direitos à saúde e a uma vida sem violência.

---

1 Este termo é explicado na secção das definições.





Membros da comunidade em Paoua, República Centro-Africana, 2018. © ONUSIDA/F. Vergnes

# DEFINIÇÕES

**Violência baseada no gênero (VBG).** Existem muitas definições diferentes de VBG, bem como discussões pormenorizadas sobre os diferentes tipos de violência que são classificados como VBG e os grupos que são afetados. Neste relatório, a VBG é utilizada como um termo abrangente alinhado com a definição da ONU Mulheres: “atos prejudiciais dirigidos a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos com base na sua identidade de gênero, enraizados na desigualdade de gênero, no abuso de poder e em normas prejudiciais” (4). Nem este relatório, nem a investigação que o sustenta, exploram explicitamente e em pormenor as várias dimensões da VBG.<sup>2</sup> No entanto, devido ao foco específico do estudo de caso nas operações de apoio à paz, a investigação destaca a violência sexual relacionada com conflitos e a exploração e abuso sexual como formas específicas de VBG no contexto da formação para operações de apoio à paz.

**Exploração e abuso sexual (EAS).** As Nações Unidas definem a exploração sexual como “qualquer abuso real ou tentativa de abuso de uma posição de vulnerabilidade, poder diferencial ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando a lucrar monetariamente, socialmente ou politicamente com a exploração sexual de outra pessoa”. A ONU define o abuso sexual como “a intrusão física real ou ameaça de intrusão de natureza sexual, seja pela força ou em condições desiguais ou coercivas” (5).

**Violência sexual relacionada com conflitos (VSRC).** De acordo com as Nações Unidas, este termo refere-se à “violação, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, aborto forçado, esterilização forçada, casamento forçado e qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável perpetrada contra mulheres, homens, raparigas ou rapazes que esteja direta ou indiretamente ligada a um conflito. Esta ligação pode ser evidente no perfil do perpetrador, que está frequentemente ligado a um grupo armado estatal ou não estatal [...]; no perfil da vítima, que é frequentemente um membro efetivo ou presumido de uma minoria política, étnica ou religiosa perseguida, ou que é visada com base na orientação sexual ou identidade de gênero efetiva ou presumida; no clima de impunidade, que está geralmente associado ao colapso do Estado; nas consequências transfronteiriças, como a deslocação ou o tráfico; e/ou nas violações das disposições de um acordo de cessar-fogo. O termo abrange igualmente o tráfico de pessoas para efeitos de violência e/ou exploração sexual, quando cometido em situações de conflito” (6).

<sup>2</sup> A investigação levada a cabo para este relatório não explorou explicitamente em pormenor questões que envolvam abuso psicológico, o papel das ameaças por oposição à força, nem a violência baseada no gênero sofrida por subgrupos específicos, como homens, rapazes e populações-chave e vulneráveis. Em vez disso, a violência baseada no gênero foi abordada de forma mais ampla.

**Abordagens centradas no sobrevivente.** De acordo com as Diretrizes do Grupo de Proteção Global para a Integração de Intervenções de VBG na Ação Humanitária, as abordagens centradas no sobrevivente visam “criar um ambiente de apoio em que os direitos do sobrevivente sejam respeitados e em que ele/ela seja tratado/a com dignidade e respeito. A abordagem ajuda a promover a recuperação do sobrevivente e a sua capacidade de identificar e expressar as suas necessidades e desejos, bem como a reforçar a sua capacidade de tomar decisões sobre possíveis intervenções” (7).

**Abordagens centradas nas pessoas.** Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma resposta centrada nas pessoas, no contexto do VIH, é “uma abordagem que adota conscientemente as perspetivas dos indivíduos, dos prestadores de cuidados, das famílias e das comunidades como participantes e beneficiários de sistemas de saúde fiáveis, organizados em torno das necessidades globais das pessoas e não de doenças individuais, e que respeita as preferências sociais. Os cuidados centrados nas pessoas também exigem que os doentes tenham a educação e o apoio de que necessitam para tomar decisões e participar nos seus próprios cuidados e que os prestadores de cuidados possam atingir o máximo de funções num ambiente de trabalho favorável. Os cuidados centrados nas pessoas são mais amplos do que os cuidados centrados no doente e na pessoa, abrangendo não só os encontros clínicos, mas também a atenção à saúde das pessoas nas suas comunidades e o seu papel crucial na definição da política de saúde e dos serviços de saúde” (8).



**Ambientes frágeis.** No presente relatório, a expressão “contextos frágeis” abrange as crises humanitárias, as situações de emergência prolongadas e os conflitos armados (9).<sup>3</sup> A nossa compreensão do conceito mais amplo de “fragilidade” é também orientada pela definição da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), que descreve a fragilidade como “...a combinação da exposição ao risco e da insuficiente capacidade de resposta do Estado, do sistema e/ou das comunidades para gerir, absorver ou atenuar esses riscos” (10).

**Operações de apoio à paz (OAP).** É utilizada uma linguagem diferente para descrever o trabalho do sector da paz em todas as organizações, operações e contextos. Para harmonizar a linguagem utilizada no presente relatório, é utilizado o termo OAP. As OAP descrevem os esforços multinacionais, multifuncionais e multidimensionais mandatados e destacados por uma organização internacional, regional ou transregional, para restaurar ou manter a paz numa área específica de operações. O termo engloba uma série de atividades de prevenção, restabelecimento, manutenção e/ou consolidação da paz levadas a cabo por forças uniformizadas em conformidade com o seu mandato de missão (11). O presente relatório e o estudo de caso centram-se nas OAP autorizadas pela ONU e pela União Africana para o destacamento de tropas (especificamente tropas africanas em todo o continente africano e não só). As missões políticas ou as missões de outras organizações/alianças regionais ou ad hoc não são analisadas.

**Resposta multisectorial e integrada.** No presente relatório, é feita referência a respostas multisectoriais e integradas no contexto do VIH e da violência baseada no género. Uma resposta multisectorial é considerada uma resposta de todo o governo e de toda a sociedade que defende o alinhamento do VIH, da violência baseada no género, da saúde e de outras estratégias, políticas e práticas sectoriais para a proteção social e os serviços essenciais destinados às populações pobres e vulneráveis (12). A noção de integração foi formalizada em 2016, quando a Assembleia Mundial da Saúde adotou o Quadro da OMS sobre Serviços de Saúde Integrados Centrados nas Pessoas, que apresenta uma visão de “igualdade de acesso a serviços de saúde de qualidade que são coordenados através do continuum de cuidados, e são abrangentes, seguros, eficazes, atempados, eficientes e aceitáveis” (13).

3 Orientado pela definição da OMS de ambientes frágeis, afetados por conflitos e vulneráveis.



# RESUMO EXECUTIVO

---

A violência baseada no gênero é uma grave violação dos direitos humanos que é proibida pelo direito internacional através de vários instrumentos jurídicos humanitários, penais e de direitos humanos, incluindo a convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, e o Protocolo de Maputo, de 2003. Embora estes instrumentos constituam compromissos importantes para a eliminação da violência baseada no gênero, a sociedade está ainda muito longe de atingir esse objetivo. O acesso à prevenção, ao tratamento e aos cuidados em matéria de VIH é também um direito humano, abrangido por instrumentos jurídicos como o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, através do direito ao nível de saúde mais elevado possível. No entanto, persistem desigualdades significativas em termos de prevenção, acesso e retenção nos serviços de VIH.

Existem múltiplas ligações bidirecionais e que se reforçam mutuamente entre a violência baseada no gênero e o VIH. Os dados demonstram que a violência baseada no gênero pode aumentar o risco de contrair o VIH em contextos com elevada incidência de VIH (14-15), reduzir o acesso e a adesão ao tratamento, diminuir as contagens de CD4 e conduzir a cargas virais mais elevadas (16-21). Os fatores de risco e a vulnerabilidade ao VIH e à violência baseada no gênero são também exacerbados em contextos frágeis, onde persistem lacunas no alcance e na cobertura dos serviços de saúde sexual e reprodutiva/VIH e de violência baseada no gênero.

As operações de apoio à paz são intervenientes cruciais em contextos frágeis - como detentores de deveres e guardiães de facto - cuja ação (e inação) tem o potencial de moldar o progresso em matéria de VIH e violência baseada no gênero, não só em termos de cumprimento de mandatos, mas também em termos do impacto que podem ter nas comunidades que servem.

Foram assumidos múltiplos compromissos normativos em matéria de VIH e violência baseada no gênero no contexto das operações de apoio à paz, incluindo a sua incorporação (direta ou indireta) nos mandatos das operações de apoio à paz e em operações mais amplas. Mas como é que se traduzem estes compromissos no terreno, em contextos frágeis?

Este relatório explora a medida em que as provas, as políticas, as orientações normativas e os compromissos em matéria de VIH e violência baseada no gênero, bem como as suas interligações, estão a ser traduzidos em ações no terreno em contextos frágeis. Estas questões são exploradas através da lente da formação das operações de apoio à paz que destacam tropas africanas em África e não só.

## Principais conclusões do relatório

As conclusões baseiam-se num inquérito e destacam vários desafios para traduzir os princípios acordados em ações e as ações em resultados. Em particular, sugerem que:



Apesar da incorporação do VIH e da violência com base no género na política, nas orientações, no mandato e nas operações das operações de apoio à paz, a ação sobre estas questões, nomeadamente através do desenvolvimento de capacidades, é frequentemente despriorizada e, apesar das múltiplas ligações entre o VIH e a violência com base no género, a resposta das operações de apoio à paz a ambos é frequentemente desconexa.



Persistem lacunas nos dados sobre os resultados do reforço das capacidades das operações de apoio à paz em matéria de violência com base no género e de VIH, nomeadamente no que se refere ao desempenho das operações de apoio à paz no terreno e ao cumprimento do seu mandato de proteção das comunidades.



Estão a ser desperdiçadas oportunidades de abordagens combinadas em matéria de VIH e de violência baseada no género, tanto a nível interno, nas unidades competentes das operações de apoio à paz, como a nível externo, em termos de aproveitamento das e o potencial de partilha de conhecimentos dos sectores humanitário, do desenvolvimento e da paz (o nexos triplo). Isto limita o potencial de alcançar resultados coletivos transformadores tanto no que respeita ao VIH como à violência baseada no género.



O estigma e a discriminação em relação ao VIH continuam a ser desafios importantes que estão a impedir o progresso nas operações de apoio à paz, incluindo o progresso no aproveitamento da resposta ao VIH como ponto de entrada para a integração da violência baseada no género (e vice-versa).

## Principais recomendações do relatório

É necessária uma nova abordagem para melhorar a capacidade e a eficácia da luta contra o VIH e a violência baseada no género em contextos frágeis. As recomendações para a construção de uma abordagem mais holística, baseada nos direitos humanos e transformadora do género em relação ao VIH e à violência baseada no género em contextos frágeis, particularmente no âmbito do trabalho das operações de apoio à paz, incluem o seguinte:



Deve ser incluída uma linguagem clara e explícita sobre o VIH e a violência com base no género em todos os mandatos relevantes das operações de apoio à paz e traduzida em ações através da adoção e da expansão de respostas integradas, multissetoriais e transversais ao VIH e à violência com base no género, sustentadas pelos princípios da igualdade entre os sexos e dos direitos humanos e apoiadas por planos operacionais e orçamentos claros.



Devem ser criados mecanismos sólidos de responsabilização a todos os níveis, a fim de garantir a aplicação efetiva, por parte dos responsáveis, da miríade de declarações e compromissos já em vigor sobre o VIH e a violência baseada no género em contextos frágeis:

- Neste contexto, os detentores de obrigações em contextos frágeis devem demonstrar responsabilidade perante as populações afetadas, incluindo a facilitação da liderança das comunidades afetadas na monitorização dos serviços prestados e no feedback sobre os mesmos. Especialmente importante é a inclusão e a liderança das mulheres, incluindo as mulheres que vivem com o VIH, as populações-chave e os jovens.



Os responsáveis devem chegar a acordo e comprometer-se com uma agenda de investigação multissetorial e viável sobre o VIH e a violência com base no género em contextos frágeis, orientada por uma avaliação das lacunas de provas e tendo em conta a complexidade, a sensibilidade e a interseccionalidade da violência com base no género e do VIH em contextos frágeis. Isto inclui a capacitação das comunidades para se apropriarem da produção de provas e a criação de planos de ação claros sobre a forma como as provas irão informar a ação no terreno.





Pessoas deslocadas em Bossangoa, República Centro-Africana, em 2014.



# ANTECEDENTES

---

## Relação entre o VIH e a violência baseada no género

Fatores de risco e a vulnerabilidade tanto ao VIH como à violência baseada no género são exacerbados em contextos frágeis.

As provas das ligações entre o VIH e a violência baseada no género estão bem estabelecidas em contextos com elevada incidência de VIH. Diversas formas de violência podem aumentar o risco de contrair o VIH (14, 15), reduzir o acesso e a adesão ao tratamento, diminuir as contagens de CD4 e conduzir a cargas virais mais elevadas (16-21). Os fatores de risco e a vulnerabilidade tanto ao VIH como à violência baseada no género são exacerbados em contextos frágeis. Nove dos dez países com as maiores disparidades entre homens e mulheres<sup>4</sup> constam do quadro de fragilidade da OCDE<sup>5</sup> (22-24). Os Estados frágeis têm infraestruturas de serviços de saúde enfraquecidas, instalações com falta de pessoal e quebras na cadeia de abastecimento, o que, em conjunto, pode levar a uma redução do acesso a serviços, fornecimentos e informações sobre saúde sexual e reprodutiva/VIH e violência baseada no género (25-27).

O colapso do estado de direito e a rutura dos sistemas sociais e das estruturas familiares aumentaram a incidência do tráfico e da exploração. Todas as estratégias negativas de resposta daí resultantes atuam como multiplicadores de risco tanto para o VIH como para a violência baseada no género em contextos frágeis. As pessoas que vivem nestes contextos também têm menos acesso aos processos de tomada de decisão, à educação, ao trabalho e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva (28).

As mulheres e as raparigas são particularmente vulneráveis nestes contextos. A violência contra as mulheres e as raparigas aumenta durante os períodos de conflito, tendo sido demonstrado que são mais negativamente afetadas quando as populações são deslocadas por catástrofes naturais (29-33). Em contextos frágeis, estima-se que até 36% das mulheres com idades compreendidas entre 15 e 49 anos que já tiveram um parceiro íntimo tenham sofrido violência física e/ou sexual durante a sua vida, em comparação com 27% em todo o mundo. Em todos os contextos em que mais de 50% das raparigas são casadas até aos 18 anos, as raparigas têm uma posição frágil (34).

Quem é afetado pela violência baseada no género segue padrões que enfatizam as desigualdades estruturais e sociais que tornam alguns indivíduos e grupos mais expostos à violência e às suas consequências do que outros. Estes padrões sublinham a necessidade urgente de dar ênfase aos direitos humanos e à igualdade de género como elementos centrais para eliminar a violência. Populações-chave<sup>6</sup> estão particularmente expostas a certas formas de violência baseada no género em contextos frágeis devido à discriminação social e/ou legal, estatuto social restrito ou isolamento social (35-36). Homens e rapazes também são afetados, incluindo aqueles encontrados em locais de detenção (37), enquanto pesquisas sugerem que rapazes adolescentes com idades entre 15 e 19 anos têm quase três vezes mais probabilidade de morrer de violência interpessoal do que as raparigas da mesma idade (38).

4 Refere-se às diferenças observadas entre homens e mulheres ou entre rapazes e raparigas nos indicadores relevantes (22).

5 O quadro multidimensional de fragilidade da OCDE, através da sua descrição do equilíbrio dos riscos e das capacidades de resposta em seis dimensões (económica, ambiental, política, de segurança, social e humana), ajuda a compreender os fatores e as consequências da fragilidade, incluindo as respostas a esta em contextos frágeis (23).

6 A ONUSIDA considera os homossexuais e outros homens que praticam sexo com homens, os trabalhadores do sexo, os transexuais, as pessoas que injetam drogas e os reclusos e outras pessoas encarceradas como os cinco principais grupos populacionais chave que são particularmente vulneráveis ao VIH e que frequentemente não têm acesso adequado aos serviços.

## Orientação normativa entre o VIH e a violência baseada no género

A violência com base no género constitui uma grave violação dos direitos humanos, proibida pelo direito internacional tanto durante conflitos armados como em tempos de paz, independentemente da identidade da vítima, do agressor ou do contexto específico. Vários instrumentos de direito internacional humanitário, penal e em matéria de direitos humanos abordam esta questão, nomeadamente: as Convenções de Genebra de 1949; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres de 1979; a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura de 1984; o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional de 1998 (39); o Protocolo de Maputo de 2003; e vários tratados de direito internacional geral em matéria de direitos humanos e convenções regionais (40).

Em tempos de conflito armado, o direito internacional humanitário prevê igualmente regras para proteger o acesso aos cuidados de saúde (41). O direito ao nível mais elevado possível de saúde é também reconhecido nos instrumentos jurídicos internacionais em matéria de direitos humanos, como o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Numerosas conferências e declarações reafirmaram os compromissos para a realização deste direito (42), tais como: a Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários (que resultou na Declaração de Alma-Ata); a Declaração de Compromisso sobre o VIH/SIDA; e, mais recentemente, a Declaração Política de 2021 sobre o VIH e a SIDA: acabar com as desigualdades e entrar no caminho para acabar com a SIDA até 2030.

A defesa do direito internacional através da prevenção e do combate ao VIH e à violência com base no género em contextos frágeis é vital, sobretudo numa altura em que a escala e a cadência dos conflitos e das crises humanitárias estão a aumentar.

Persistem grandes lacunas no alcance e na cobertura dos serviços de saúde sexual e reprodutiva/VIH e de violência baseada no género em contextos frágeis.

De acordo com as estimativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), 117,2 milhões de pessoas serão deslocadas à força ou tornar-se-ão apátridas em 2023 (43). Neste contexto, persistem grandes lacunas no alcance e na cobertura dos serviços de saúde sexual e reprodutiva/VIH e de violência baseada no género em contextos frágeis (44). Estes serviços são repetidamente prejudicados por um subfinanciamento insuficiente e por uma coordenação deficiente (45). Apesar das múltiplas ligações entre os dois, são raros os esforços programáticos para integrar a violência baseada no género e as respostas ao VIH em contextos frágeis (46).



Acampamento médico organizado pela Missão da União Africana na Somália. © Foto da AMISOM/Mukhtar Nuur

## O papel das operações de apoio à paz na abordagem do VIH e da violência baseada no género em contextos frágeis

As operações de apoio à paz evoluíram ao longo do tempo e tornaram-se um dos principais instrumentos utilizados pela comunidade internacional para manter a paz e a segurança internacionais. Mobilizadas com base em mandatos, as suas tarefas diferem consoante a situação e em função da natureza da emergência ou do conflito e dos desafios específicos que apresentam (47). No entanto, desde 2000, tem sido dada uma atenção crescente ao papel das operações de apoio à paz na prevenção e no combate ao VIH e à violência baseada no género em contextos frágeis.

Por exemplo, o Relatório de 2000 do Painel sobre as Operações de Paz das Nações Unidas (Relatório Brahimi) salientou a educação e o controlo do VIH/SIDA como um complemento essencial para a construção eficaz da paz, na qual poderão estar envolvidas as forças de manutenção da paz (48). Várias resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas mandataram também as missões de manutenção da paz da ONU para integrarem a prevenção e a resposta ao VIH na execução das tarefas que lhes foram atribuídas (49), reconhecendo o risco que a pandemia de VIH pode representar para a estabilidade e a segurança (50), salientando o importante contributo que as operações de manutenção da paz da ONU podem dar para uma resposta integrada ao VIH (51) - em especial para as comunidades vulneráveis em contextos pós-conflito (52) - e sublinhando a necessidade de o pessoal das forças de manutenção da paz possuir competências de sensibilização para a prevenção do VIH (53, 54).

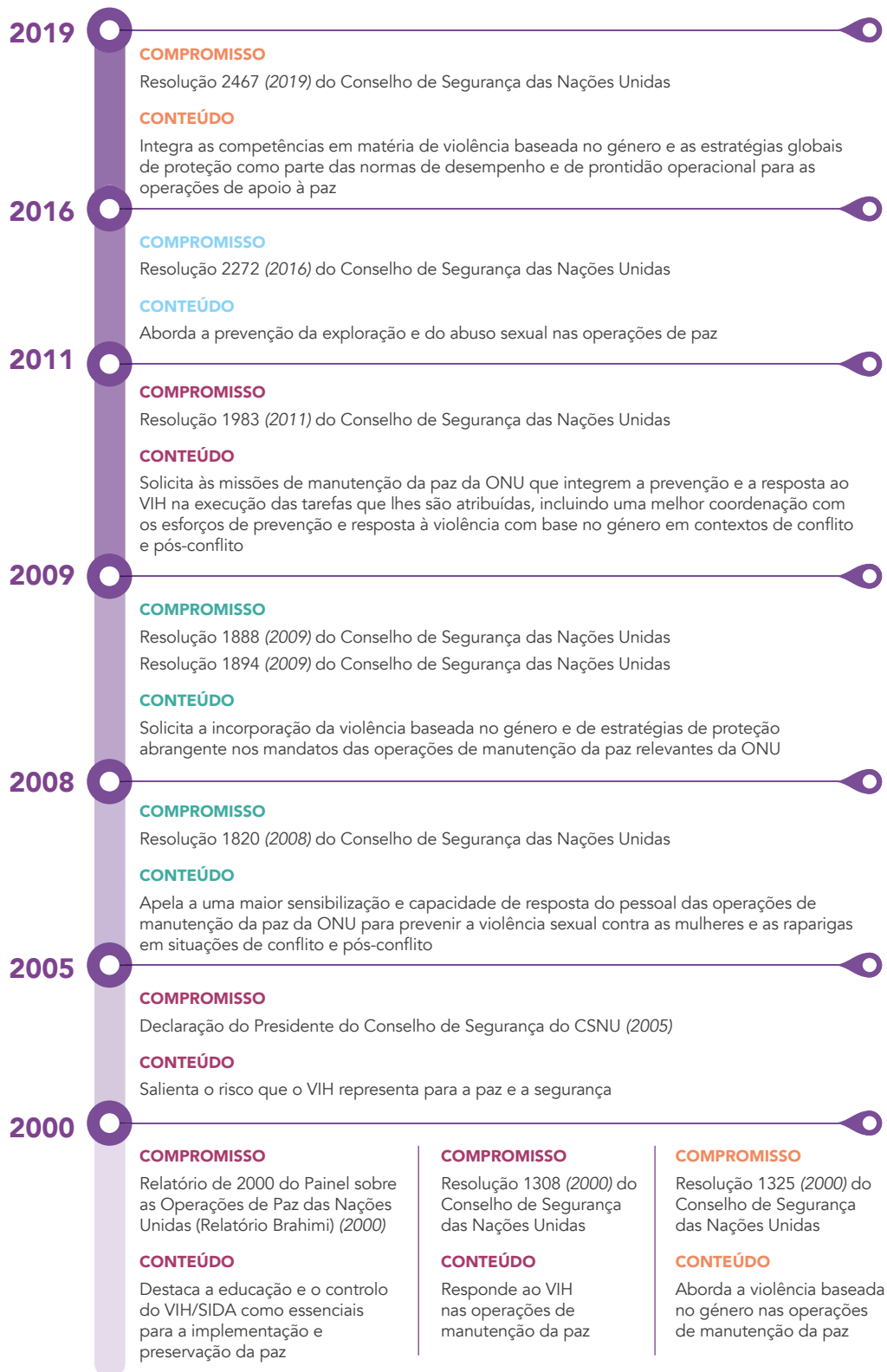
O Conselho de Segurança das Nações Unidas solicitou ou recomendou a incorporação da violência baseada no género (incluindo a prevenção e a resposta à violência sexual relacionada com conflitos) e de estratégias globais de proteção no mandato das operações de manutenção da paz da ONU (55, 56), bem como a integração de competências nestas áreas como parte das normas de desempenho e prontidão operacional (57).



Missão conjunta da MINUSMA, Ministério da Saúde e do Conselho Superior Nacional de Luta contra o VIH para revigorar a resposta ao VIH no centro do Mali. © ONUSIDA/Yaye Kanny Diallo

## QUADRO 1.

Compromissos internacionais sobre a prevenção do VIH e a eliminação da violência sexual e da violência baseada no género (incluindo a violência sexual relacionada com conflitos e a exploração e abuso sexuais) no âmbito da paz e da segurança (2000-2019).



**TEMA** ● VIH ● Violência sexual e baseada no género  
● Violência baseada no género (VBG) ● Exploração e abuso sexual



As operações de apoio à paz são intervenientes importantes em contextos frágeis cuja ação (e inação) tem o potencial de moldar o progresso em matéria de VIH e violência baseada no género, não só em termos de cumprimento de mandatos, mas também em termos do impacto que podem ter nas comunidades que servem.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas também estabeleceu várias ligações entre a violência com base no género e o VIH no trabalho das operações de apoio à paz. Exortou, por exemplo, as missões de manutenção da paz da ONU a “prestarem especial atenção às dimensões de género do VIH/SIDA”, observando que “a proteção dos civis pelas operações de manutenção da paz, quando mandatadas, pode contribuir para uma resposta integrada ao VIH e à SIDA, nomeadamente através da prevenção da violência sexual relacionada com conflitos” (58). O Conselho Europeu também assinalou “a relação entre a violência sexual em situações de conflito armado e pós-conflito e a infeção pelo VIH, bem como o peso desproporcionado do VIH e da SIDA nas mulheres e raparigas, como um obstáculo persistente e um desafio à igualdade entre os sexos”. Recentemente, introduziu explicitamente o conceito de uma “abordagem centrada no sobrevivente” na prevenção e resposta à violência sexual em situações de conflito e pós-conflito (59).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas sublinhou igualmente a necessidade de prosseguir os programas de sensibilização e de prevenção (60, 61), de reforçar a integração nas atividades mandatadas das operações de apoio à paz e dos projetos de proximidade (62-66) e de melhorar a coordenação entre a violência com base no género e os esforços de prevenção e resposta ao VIH em situações de conflito e pós-conflito (67).

As operações de apoio à paz são intervenientes importantes em contextos frágeis cuja ação (e inação) tem o potencial de moldar o progresso em matéria de VIH e violência baseada no género, não só em termos de cumprimento de mandatos, mas também em termos do impacto que podem ter nas comunidades que servem. No entanto, os mandatos explícitos relacionados com a violência com base no género são relativamente recentes e a capacidade das operações de apoio à paz para os implementar e para neles integrar a prevenção e a resposta ao VIH continua a ser inconsistente.



16 dias de ativismo contra a violência baseada no género.  
© Foto da AMISOM

## Uma grande experiência no continente africano

Os países africanos são fundamentais para a resposta ao VIH. Ao suportar um fardo desproporcionado da epidemia global de VIH nos últimos 40 anos - em 2022, estimava-se que 25,7 milhões de pessoas viviam com o VIH na Região Africana da OMS, representando 66% dos casos globais de VIH (68) - os países de todo o continente acumularam diversas experiências e conhecimentos sobre o que funciona e o que não funciona. Entretanto, a elevada prevalência da violência com base no género em toda a África (69) continua a ilustrar a necessidade crítica de respostas ao VIH que transformem a questão do género.<sup>7</sup>

Desde a Declaração de Abuja de 2001 e a Declaração de Gaborone de 2005 até ao Roteiro da União Africana sobre Responsabilidade Partilhada e Solidariedade Global para a Resposta à SIDA, Tuberculose e Malária em África, de 2012, a União Africana tem uma longa história de tomada de uma posição forte e solidária com as pessoas afetadas pelo VIH em África (70). Isto inclui a criação da AIDS Watch Africa (AWA), uma iniciativa lançada pela União Africana para monitorizar e analisar os progressos na resposta ao VIH no continente africano e responsabilizar os governos pelos seus compromissos. Do mesmo modo, a União Africana assumiu vários compromissos sobre a eliminação da violência baseada no género, desde o Protocolo de Maputo em 2003 (71) até ao Relatório sobre a Implementação da Agenda para as Mulheres, a Paz e a Segurança em África 2020 (72).

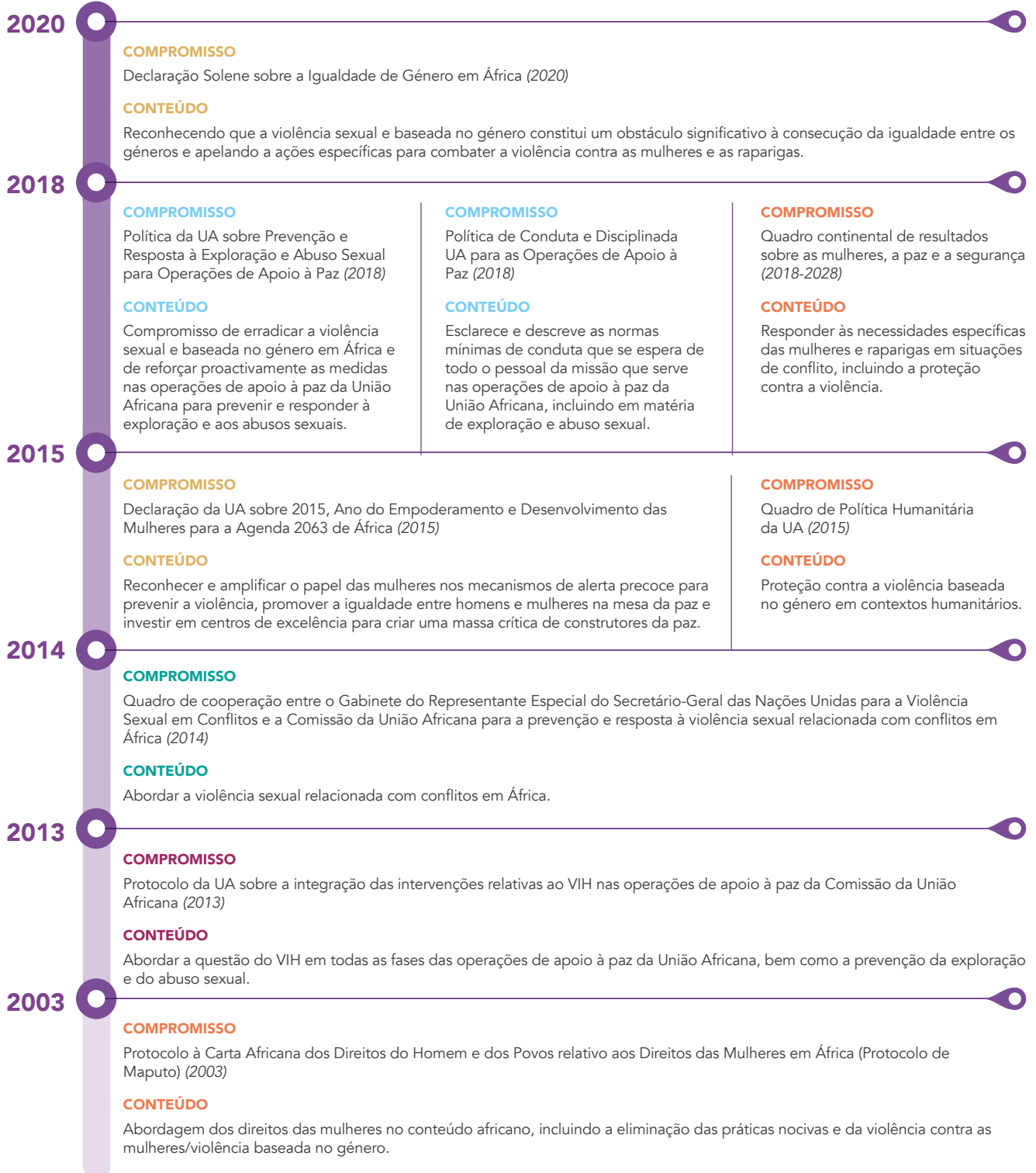


Atividades para comemorar o Dia Internacional da Mulher em Rutshuru, Kivu do Norte, República Democrática do Congo. © MONUSCO/Michael Ali

<sup>7</sup> As intervenções transformadoras do género procuram abordar diretamente a causa principal da violência com base no género e um fator determinante do VIH, que é a desigualdade entre os sexos. Incluem frequentemente a reflexão e a contestação de papéis de género, relações e normas sociais prejudiciais, a prática de novas competências e comportamentos e a abordagem substantiva dos desequilíbrios de poder e privilégio.

## QUADRO 2.

Compromissos da União Africana sobre a prevenção do VIH e resposta e a eliminação da violência sexual e da violência baseada no género (incluindo a violência sexual relacionada com conflitos e a exploração e abuso sexuais) no âmbito da paz e da segurança e desenvolvimento (2003-2020).



**TEMA** ● VIH ● Violência sexual e baseada no género ● Igualdade dos géneros  
● Violência baseada no género (VBG) ● Exploração e abuso sexual

O continente africano é também um dos principais anfitriões e contribuintes para as operações de apoio à paz. Em 2021, estavam ativas no continente quatro missões da União Africana<sup>8</sup> (73) e seis operações de manutenção da paz da ONU<sup>9</sup> (74). O Ruanda e o Gana são o quarto e o sétimo maiores contribuintes de tropas para a manutenção da paz da ONU em março de 2023, enquanto 13 dos 20 maiores contribuintes são países africanos (75). Entre 2003 e 2020, a União Africana mandou, autorizou ou apoiou mais de uma dúzia de operações de apoio à paz em todo o continente (76).

A incorporação do VIH e da violência baseada no género nas políticas, orientações e operações das operações de apoio à paz no continente africano não é nova. Há uma década, a União Africana integrou as intervenções relativas ao VIH nas operações de apoio à paz, uma questão que foi abordada conjuntamente com a violência baseada no género (77). Várias políticas, quadros e decisões da União Africana também abordaram a proteção de civis e a obrigação de abordar a violência baseada no género que ocorre em resultado ou no contexto de operações de apoio à paz mandatadas ou autorizadas (78- 83).

Conforme destacado na Tabela 3, quatro das seis operações de manutenção da paz da ONU autorizadas em África (84- 87) em junho de 2021 tinham um mandato explícito de prevenção e/ou resposta à violência baseada no género.<sup>10</sup> Das quatro missões da União Africana ativas no continente em 2021, pelo menos uma tinha um mandato explícito de prevenção e/ou resposta à violência baseada no género. Nenhuma delas tinha um mandato explícito sobre a prevenção ou a resposta ao VIH, embora tal pudesse estar implícito nos mandatos de proteção que lhes foram atribuídos. A capacidade das operações de apoio à paz da União Africana e da ONU para desempenharem os papéis que lhes foram atribuídos no que respeita ao VIH e à violência baseada no género terá um impacto direto no êxito dos esforços de prevenção e resposta em ambientes operacionais difíceis em toda a África.

---

8 A Missão da UA na Somália, a Task Force Multinacional Conjunta, a Força Conjunta do G5 Sahel e a Missão de Observadores Militares da UA na República Centro-Africana (MOUACA). O Conselho de Paz e Segurança da União Africana também autorizou o envio de duas missões de operações humanitárias nos últimos nove anos: A Operação de Apoio da UA contra o Ébola na África Ocidental (ASEOWA) e a Missão da UA contra o Ébola na República Democrática do Congo (MAEC).

9 A Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sara Ocidental (MINURSO), a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA), a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), a Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA) e a Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS).

10 A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e a Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS) receberam mandatos para: proteger os civis de todas as formas de violência sexual e baseada no género; responder às necessidades das vítimas de violência sexual e baseada no género; e dissuadir, prevenir e responder à violência sexual baseada no género, respetivamente. A Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA) foi mandatada para adotar uma abordagem sensível ao género e centrada no sobrevivente para a proteção das mulheres e crianças afetadas por conflitos armados e prestar a melhor assistência aos sobreviventes de violência sexual.



### QUADRO 3.

Operações de apoio à paz das Nações Unidas e da União Africana em África com um mandato ou objetivos que abordem a violência com base no género e/ou o VIH em 2021.

#### MISSÃO

Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA)

#### FONTE DO MANDATO

UNSC S/RES/2164 (2014)

#### MANDATO/OBJETIVOS

“Para [...] responder às necessidades das vítimas de violência sexual e baseada no género em conflitos armados.”

#### MISSÃO

Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA)

#### FONTE DO MANDATO

UNSC S/RES/2552 (2020)

#### MANDATO/OBJETIVOS

“Proporcionar uma proteção específica às mulheres e crianças afetadas por conflitos armados, nomeadamente através do destacamento de conselheiros para a proteção das crianças, conselheiros para a proteção das mulheres e conselheiros para a igualdade entre os sexos, e adotando uma abordagem sensível à questão do género e centrada nos sobreviventes, especialmente para prestar a melhor assistência aos sobreviventes de violência sexual.”

#### MISSÃO

Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)

#### FONTE DO MANDATO

UNSC S/RES/2556 (2020)

#### MANDATO/OBJETIVOS

“Para [...] assegurar a proteção dos civis contra abusos e violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, incluindo todas as formas de violência sexual e baseada no género [...]”

#### MISSÃO

Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS)

#### FONTE DO MANDATO

UNSC S/RES/2567 (2021)

#### MANDATO/OBJETIVOS

“Dissuadir, prevenir e responder à violência sexual e baseada no género no âmbito das suas capacidades e áreas de intervenção.”

“Utilizar a assistência técnica e o reforço das capacidades para apoiar o GoSS a restabelecer e reformar o Estado de direito e o sector da justiça, a fim de reforçar a proteção dos civis, combater a impunidade e promover a responsabilização, incluindo a investigação e a instauração de processos judiciais por violência baseada no género e violência sexual relacionada com conflitos, bem como por violações e abusos dos direitos humanos.”

“Coordenação com os serviços de polícia, as instituições de segurança e governamentais e os intervenientes da sociedade civil em atividades relevantes e centradas na proteção, na investigação e na repressão da violência sexual e da violência sexual baseada no género e relacionada com conflitos, bem como de outras violações e abusos dos direitos humanos [...]”

“Monitorizar, investigar, verificar e informar específica e publicamente sobre violações e abusos cometidos contra mulheres e crianças, incluindo os que envolvem todas as formas de violência sexual e baseada no género em conflitos armados, e acelerar a implementação de mecanismos de monitorização, análise e informação sobre violência sexual relacionada com conflitos [...]”

#### MISSÃO

Força de Intervenção Conjunta Multinacional (MNJTF)

#### FONTE DO MANDATO

PSC/PR/2. (CDLXXXIX)

#### MANDATO/OBJETIVOS

“Criar um ambiente seguro e protegido nas zonas afetadas pelas atividades de Boko Haram e outros grupos terroristas, a fim de reduzir significativamente a violência contra civis e outros abusos, incluindo a violência sexual e baseada no género [...]”



Marina, uma cidadã centro-africana que vive com o VIH desde 2010, teve de fugir para a República Democrática do Congo devido à violência no seu país. Como não podia mais tomar a medicação antirretroviral, adoeceu novamente e sua carga viral ficou muito elevada. Ela retornou a Zemio, CAR, em 2019, apesar da insegurança, para ter acesso ao tratamento. © ONUSIDA

# NOVOS DADOS DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ E DOS PARCEIROS DE APOIO

Esta secção apresenta os resultados de um estudo exploratório sobre a capacidade de prevenção e resposta ao VIH e à violência baseada no género das operações de apoio à paz e de parceiros de apoio selecionados em África.

## Âmbito e metodologia

Os resultados do estudo são derivados de um inquérito de métodos mistos realizado entre setembro e dezembro de 2020, no qual foram captadas as experiências pessoais de 40 inquiridos. Dos inquiridos, 75% identificaram-se como homens.



11 Os inquiridos representavam os seguintes países: Burundi, Gana, Quênia, Malawi, Nigéria, Serra Leoa, Uganda e Zâmbia. Os membros da Comissão declararam ter participado num total de 16 operações de apoio à paz diferentes: Nove militares e polícias inquiridos referiram ter servido pelo menos uma vez na AMISOM, oito na UNIFIL, sete na UNAMID, cinco na UNMISS, quatro na UNMIL, três na AMIS, três na MONUSCO, três na UNMIK, dois na ONUCI, dois na UNMSIL e um na ECOMIG, MINURSO, MINUSMA, MINUSTAH, UNMIS e UNTAET. Os inquiridos preencheram um questionário autoadministrado.

12 Estes cinco inquiridos trabalharam com a Multinational Joint Task Force (MNJTF), a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMISS). Preencheram um questionário autoadministrado.

13 Trata-se do Ethiopian International Peace Keeping Training Centre (EIPKTC), do Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre (KAIPTC) e da Peacekeeping School Alioune Blondin Beye de Bamako (EMP-ABB). Os inquiridos preencheram um questionário autoadministrado ou participaram numa entrevista com um informador-chave.

Os dados quantitativos e qualitativos foram recolhidos através de questionários autoadministrados e de entrevistas com informadores-chave. A utilização de uma ou outra abordagem baseou-se nas preferências dos inquiridos e na capacidade do investigador.

Uma revisão da literatura existente determinou as seguintes medidas-chave de interesse:

- (a) consciência normativa;
- (b) acesso, modalidades e resultados do desenvolvimento de capacidades;
- (c) disponibilidade e natureza dos mecanismos de apoio; e
- (d) abordagens integradas dos domínios de interesse do pessoal das operações de paz.

Foi utilizada uma amostragem virtual do tipo bola de neve. O aproveitamento das redes existentes revelou-se uma abordagem eficaz e rápida para superar a desconfiança ou suspeita esperada dos inquiridos, enquanto a abordagem virtual abordou algumas das restrições de investigação relacionadas com a COVID-19, incluindo a incapacidade de viajar e realizar entrevistas presenciais. Os critérios de inclusão e exclusão dos inquiridos foram indicados nos questionários autoadministrados e a conformidade com os mesmos foi verificada pelo investigador durante a fase de introdução de dados.

A sensibilidade das informações recolhidas na investigação foi considerada moderada e os inquiridos tiveram a opção de apresentar as suas respostas de forma anónima. Posteriormente, foram acrescentados identificadores alfanuméricos durante a fase de introdução dos dados, o que permitiu uma maior desvinculação das respostas recolhidas de indivíduos específicos.

Os dados quantitativos foram objeto de uma análise univariada utilizando o programa Excel. Os dados qualitativos foram examinados no Microsoft Excel utilizando a análise temática. Os dois conjuntos de resultados, bem como os resultados das categorias de inquiridos relevantes, foram triangulados para verificar a coerência e agregar conhecimentos.

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nas modalidades e no calendário da investigação, impedindo as viagens internacionais e o trabalho de campo tradicional e limitando a capacidade dos investigadores para assegurar uma ampla participação. Por exemplo, a utilização da amostragem em bola de neve pode ter trazido para o estudo principalmente aqueles que tinham o VIH e/ou a violência baseada no género como área de interesse profissional, distorcendo assim as respostas fornecidas. As pessoas afetadas pela violência e as suas comunidades não puderam ser incluídas na investigação, o que limitou a extensão das perceções captadas no estudo. O facto de a ONUSIDA ter apoiado a investigação pode também ter influenciado a vontade de participar e a informação partilhada pelos inquiridos. De um modo geral, embora os resultados não sejam generalizáveis, fornecem um retrato de uma situação preocupante no terreno e lançam as bases para uma investigação adicional crucial.



## Resultados do estudo

### 1. Importante, mas sem prioridade: lacunas no acesso e na utilização de formação abrangente sobre o VIH e a violência com base no género

Vários documentos da União Africana e da ONU sublinharam a necessidade de investimentos contínuos no desenvolvimento de capacidades para apoiar um maior envolvimento das operações de apoio à paz na prevenção e resposta ao VIH e à violência baseada no género e na proteção dos civis (88-100).

Reconhece-se que a formação sobre estas questões tem um impacto positivo na eficácia operacional e promove o desenvolvimento de capacidades para satisfazer os requisitos funcionais e fiduciários das operações de apoio à paz (101). Conforme salientado por um representante de um centro de formação de apoio à paz que participou neste estudo:

***“A capacitação do pessoal uniformizado é fundamental para acabar com a VSRC e o VIH. São visíveis os resultados [do reforço de capacidades] e o feedback recebido sobre os benefícios das formações realizadas antes e durante a implementação.”***

A responsabilidade pela formação cabe aos países que contribuem com tropas e polícia antes do destacamento (102),<sup>14</sup> e às unidades de missão durante o destacamento (103).<sup>15</sup>

A escassez de recursos levou muitas vezes a que fosse dada prioridade aos temas de formação com base naqueles que se considerava serem os que mais contribuíam para a execução dos mandatos de missão. As questões relacionadas com os direitos humanos e a proteção continuam a ser uma das áreas críticas que enfrentam lacunas de formação.

Os materiais de formação de base antes do destacamento para as operações de manutenção da paz das Nações Unidas incluem o VIH e a violência baseada no género como módulos obrigatórios, abordados como “questões transversais genéricas” (104). No entanto, na prática, a escassez de recursos (105) levou muitas vezes a que fosse dada prioridade aos temas de formação com base naqueles que se considerava serem os que mais contribuíam para a execução dos mandatos de missão. As questões relacionadas com os direitos humanos e a proteção continuam a ser uma das áreas críticas que enfrentam lacunas de formação (106).

Este facto é confirmado pelas informações recolhidas no estudo, com 13% dos inquiridos a declararem não ter recebido qualquer formação sobre o VIH e a violência baseada no género (incluindo a violência sexual relacionada com conflitos e a exploração e abuso sexuais) antes e durante o destacamento. Além disso, pouco mais de metade dos inquiridos (54%) no estudo declararam ter recebido formação sobre todas estas questões.<sup>16</sup> Em 8% dos casos, as formações não estavam ligadas.

<sup>14</sup> Esta formação é normalmente ministrada por instituições nacionais ou regionais de formação em manutenção da paz, com base em normas ou diretrizes mínimas sobre a preparação da prontidão operacional estabelecidas pela organização que a destaca.

<sup>15</sup> Isto inclui a formação direta de indução e a formação de reciclagem, ambas específicas para cada missão.

<sup>16</sup> Existem diferenças substanciais no acesso à formação integrada, com o pessoal da polícia a declarar sistematicamente níveis médios significativamente mais baixos de acesso a uma formação abrangente em matéria de VIH e de violência baseada no género (incluindo a violência sexual relacionada com conflitos e a exploração e abuso sexuais) antes da missão ou durante a missão, em comparação com o pessoal militar.

Os resultados do estudo apontam igualmente para lacunas na cobertura e na regularidade da formação oferecida. Como observado por uma agente da polícia recentemente destacada para a Operação Híbrida UA-ONU no Darfur (UNAMID):

***“a formação sobre VSBG, VSRC e EAS deve ser um processo contínuo e para todos [...]. A minha observação foi que esta formação só foi dada durante a indução e, quando uma secção específica organizou uma formação, só beneficiou alguns escolhidos [...].”***

Apenas a formação sobre a exploração e o abuso sexual parece ser ministrada de forma consistente, possivelmente em resultado da maior atenção e prioridade dada pela ONU e pela UA a esta questão.<sup>17</sup>

As conclusões preliminares do estudo apontam para uma possível ligação entre a profundidade da formação ministrada e a perceção da centralidade da questão no mandato da operação de apoio à paz e na eficácia operacional. Por exemplo, a formação sobre o VIH está a ser ministrada ao nível da sensibilização (com o objetivo principal de produzir um efeito protetor individual),<sup>18</sup> enquanto a formação sobre a violência baseada no género está também a ser ministrada ao nível de profissionais e peritos (provavelmente com o objetivo de aumentar a eficácia na execução do mandato de proteção da missão).

Embora estas lacunas de formação façam parte de um problema mais vasto de prontidão operacional para as operações de apoio à paz, que já foi salientado noutras ocasiões, são motivo de grande preocupação para a capacidade operacional das operações de apoio à paz, incluindo a sua capacidade de cumprir os seus mandatos de proteção e de adotar abordagens integradas, transformadoras em termos de género e centradas nos sobreviventes e nas pessoas.



Programa de Redução de Violência Comunitária (RVC).  
© Foto da MINUSCA

- 17 A familiaridade do pessoal militar e policial com a política sobre exploração e abuso sexual da organização de destacamento, tal como registado neste estudo, era quase universal, e o seu nível de conhecimento dos mecanismos nacionais de responsabilização pela exploração e abuso sexual para o pessoal militar e policial que violasse as políticas da ONU ou da União Africana sobre exploração e abuso sexual era elevado.
- 18 O resultado mais recorrente a nível individual da formação sobre o VIH que foi referido pelos participantes no estudo (mencionado em 38% das respostas) foi uma melhoria do comportamento autoprotetor de prevenção do VIH, seguido de uma melhoria geral dos conhecimentos sobre o VIH (25%).

## AÇÕES RECOMENDADAS

---

Com base nas conclusões do estudo, foi publicado um conjunto de ações recomendadas específicas para as operações de apoio à paz e para os parceiros de apoio. Procuram melhorar o acesso e a utilização de formação abrangente sobre o VIH e a violência com base no género no contexto das operações de apoio à paz.

- **Conectar os currículos sobre o VIH e a violência baseada no género** (incluindo a violência sexual relacionada com conflitos e a exploração e abuso sexuais), colocando a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos e a igualdade entre homens e mulheres como elementos centrais, transversais e de ligação dos programas de formação antes do destacamento e durante a missão. Proporcionar uma compreensão prática da forma como o estigma e a discriminação relacionados com o VIH se cruzam com a desigualdade entre os sexos e os resultados negativos para a saúde que daí resultam.
- **Alinhar todas as instruções dos centros de formação de apoio à paz sobre o VIH e a violência baseada no género com as normas técnicas mais recentes** (incluindo direitos humanos, abordagens centradas no sobrevivente e na pessoa), como parte dos esforços em curso para melhorar a qualidade da formação do pessoal das operações de apoio à paz (107, 108). A formação sobre a gestão e o encaminhamento de novos casos de infeção pelo VIH continua a ser importante.
- **Os fundos e programas da ONU e outros parceiros internacionais ativos nos sectores humanitário e de desenvolvimento dos países com operações de apoio à paz devem trabalhar em conjunto para colmatar as lacunas na formação sobre o VIH e a violência baseada no género.** Este objetivo pode ser alcançado através da coordenação e do fornecimento de contributos técnicos para os manuais de formação antes da colocação e para a formação funcional e temática nos centros de formação de apoio à paz, ou através da inclusão do pessoal de apoio à paz nos seus programas de sensibilização e de reforço das capacidades.
- **Aproveitar as provas e reforçar a responsabilização para dar maior prioridade ao desenvolvimento de capacidades em matéria de saúde e direitos sexuais e reprodutivos e igualdade de género entre o pessoal militar e policial antes e durante o destacamento.** É fundamental envidar esforços adicionais para aplicar as políticas de formação existentes nestes domínios, reforçar a verificação das autocertificações dos países contribuintes de tropas/países contribuintes de polícia (PCT/PCP) e responsabilizar os PCT/PCP e os dirigentes das operações de paz pela prontidão operacional nestes domínios.

## 2. Abordagens verticais: lacunas na integração e generalização das atividades de prevenção e resposta ao VIH e à violência com base no género pelas operações de apoio à paz

Vários documentos da União Africana e da ONU sublinharam o papel pretendido das operações de apoio à paz na proteção dos civis (109-118). Na prática, a capacidade em matéria de VIH e de violência baseada no género nas operações de apoio à paz, quando existe, está localizada em unidades especializadas ou pontos focais. Podem ser responsáveis pela formação e orientação do pessoal da missão e das partes interessadas externas, pela execução de atividades de prevenção e resposta no âmbito da missão e pela sensibilização da comunidade (119, 120). No entanto, nem todas as operações de apoio à paz têm unidades ou pontos focais de VIH e/ou género, uma vez que as estruturas das missões se adequam aos mandatos autorizados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (121). Em 2022, dois terços das missões de manutenção da paz da ONU em atividade dispunham de unidades de género, compostas principalmente por pessoal de nível júnior (122). À medida que os mandatos das operações de apoio à paz são revistos, as unidades ou secções em funcionamento, e a sua capacidade, podem mudar.

Espera-se que as unidades de género e VIH e as pessoas que ocupam posições de foco, quando mandatadas, desempenhem um papel central na integração e generalização da violência com base no género e do VIH nos mandatos das missões. No entanto, a investigação sugere que a tendência para relegar estas questões para unidades especializadas impede uma integração adequada e favorece a compartimentação (123). Também torna as unidades especializadas as principais responsáveis pelo avanço do mandato da operação de apoio à paz nessas áreas, apesar de terem recursos limitados à sua disposição. Se a liderança da missão não estiver empenhada em integrar estas questões, esta abordagem “isolada” tende a não conseguir resolver a natureza sistémica das questões que estão a ser tratadas (124).

Os esforços de prevenção e resposta no âmbito da operação de apoio à paz (e da sua área de influência) continuam compartimentados e pouco integrados.

O estudo concluiu que os esforços de prevenção e resposta no âmbito da operação de apoio à paz (e da sua área de influência) continuam compartimentados e pouco integrados. Os estrangulamentos incluem a fraca atribuição de prioridade a estas questões por parte dos dirigentes superiores da missão, a escassez ou ausência de recursos financeiros para a execução das estratégias planeadas, oportunidades insuficientes de desenvolvimento de capacidades para as pessoas focais e falta de interesse por parte de colegas de outras unidades. Um exemplo disso é o enfoque na exploração e abuso sexual como uma questão de conduta e disciplina, com ligações limitadas à violência baseada no género, ao VIH e à igualdade de género. Casos relatados de exploração e abuso sexual, como explicou a pessoa focal para o VIH numa operação de apoio à paz:

***“vão[...] diretamente para a Unidade de Conduta e Disciplina (UCD). Não posso falar em nome da equipa da UCD, sou responsável pelas questões relacionadas com o VIH/SIDA e as IST”.***

As atividades de combate ao VIH e à violência com base no género levadas a cabo pelas operações de apoio à paz não são apenas conduzidas pelas respetivas unidades de missão, mas também por pessoal policial e militar. Como explicou um inquirido de um centro de formação de apoio à paz:



*“Há oficiais do gênero e da coordenação civil-militar que são o rosto do contingente para a comunidade, mas ao mesmo tempo o contingente [...] presta serviços sociais à comunidade de acolhimento.”*

Espera-se que a polícia e o pessoal militar integrem a prevenção e a resposta ao VIH e à violência com base no gênero como parte das suas atividades mandatadas. Como salientado por um centro de formação de apoio à paz:

*“a formação destina-se a prevenir a VSBG/VSRC e o VIH para/ por soldados da paz. Espera-se também que [eles] sensibilizem ou formem os intervenientes locais e as populações anfitriãs nos locais para onde são enviados.”*

No entanto, as lacunas em termos de disponibilidade, acessibilidade, regularidade e profundidade da formação nestes domínios para o pessoal da polícia e dos militares (ver conclusão 1 supra) podem não os preparar adequadamente para dialogar com a comunidade de acolhimento sobre estas questões.

## AÇÕES RECOMENDADAS

Com base nas conclusões do estudo, foi publicado um conjunto de ações recomendadas específicas para as operações de apoio à paz e para os parceiros de apoio. Procuram melhorar a integração e a integração das atividades de prevenção e resposta ao VIH e à violência com base no gênero nas operações de apoio à paz.

- **Melhorar a integração e a integração dos mandatos de proteção das operações de apoio à paz, colocando as pessoas (e os sobreviventes) no centro da prevenção e da resposta ao VIH e à violência baseada no gênero.** A abordagem da vulnerabilidade e a defesa dos direitos humanos e da igualdade entre os géneros devem ser as bases sobre as quais se deve estruturar operações de apoio à paz de apoio à paz nestes domínios.
- **Criar capacidades adequadas, integradas e atualizadas em matéria de violência com base no gênero e VIH, para além das unidades operacionais especializadas de apoio à paz (e dotá-las de recursos e apoio adequados).** Embora o apoio reforçado às unidades de VIH e de gênero das missões continue a ser importante, todo o pessoal das operações de apoio à paz deve estar habilitado a identificar a forma como o VIH e a violência baseada no gênero (incluindo a violência sexual relacionada com conflitos e a exploração e abuso sexual) se manifestam nas áreas de missão, como se reforçam mutuamente, porque é que a prevenção e a resposta eficazes são fundamentais para o êxito da missão e como se espera que o pessoal das operações de apoio à paz as resolva. As operações de apoio à paz devem deixar de influenciar a conduta individual e passar a criar uma mudança cultural e um impacto nas comunidades com que trabalham.
- **Aumentar o investimento na integração da violência com base no gênero e do VIH nos mandatos e atividades das missões das operações de apoio à paz, incluindo mecanismos claros de responsabilização.**

### 3. Lacunas nas provas: ligar os investimentos na capacidade de combate ao VIH e à violência baseada no género ao desempenho das operações de apoio à paz

Existem múltiplas oportunidades para obter impactos positivos da formação integrada em VIH e violência baseada no género nas operações de apoio à paz (Quadro 4). Como ilustrado por um centro de formação de apoio à paz:

*“No final, queremos que o impacto a nível individual faça a diferença a um nível mais alargado [...]”*

#### QUADRO 4.

Utilizações comunicadas pelo pessoal das operações de apoio à paz de conhecimentos sobre violência com base no género (incluindo violência sexual relacionada com conflitos) e VIH nas interações com a população anfitriã.



##### EDUCAÇÃO

Sensibilização e formação da população local, com especial incidência nos grupos vulneráveis e nas autoridades locais (incluindo a polícia local e os líderes comunitários).



##### PROTEÇÃO

Proteção dos prestadores de serviços e dos civis, com especial destaque para os grupos de risco e os sobreviventes.



##### ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Diálogos informais com as populações locais e deslocadas; envolvimento com mulheres e raparigas, líderes-chave e organizações comunitárias (incluindo líderes femininos e organizações lideradas por mulheres); mobilização das partes interessadas e policiamento comunitário.



##### ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO

Identificação e notificação de casos, aconselhamento e comunicação às autoridades do governo anfitrião, cooperação civil-militar, administração.



##### ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

Encaminhamento para serviços, apoio psicossocial e aconselhamento, programas de saúde comunitários e ações de proximidade, prestação de primeiros socorros (incluindo profilaxia pós-exposição).



##### OUTRAS AJUDAS

Ligadas a operações de desenvolvimento e humanitárias, tais como atividades de subsistência, prestação de assistência humanitária e transporte de sobreviventes.

No entanto, o estudo apontou para um apoio variável por parte da liderança no terreno no que respeita à formação. Tal como foi referido por um entrevistado de uma missão de paz, a formação em missão sobre violência com base no género e VIH é dificultada pela falta de “apoio [substancial] da gestão da missão [...] na implementação da formação e das sessões de informação”. Esta reticência pode estar parcialmente ligada à falta de clareza e de provas sobre os resultados esperados e realizados das iniciativas de desenvolvimento das capacidades a nível da operação de apoio à paz, embora seja necessária mais investigação para confirmar este facto.

O estudo forneceu dados preliminares nesta área que apontam para melhorias no desempenho individual (20% das respostas referiram este aspeto) e para uma maior sensibilidade no comportamento profissional do inquirido (mencionada em 12% das respostas), entre os três resultados mais frequentemente mencionados da formação em VIH e violência baseada no género entre o pessoal da polícia e das forças armadas. Como explicou uma militar recentemente destacada para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), “a formação [...] ajudou a lidar com as vítimas de VSRC e permitiu que as suas necessidades de segurança, médicas e de aconselhamento fossem tratadas em conformidade”

No entanto, o aumento da capacidade do pessoal das operações de apoio à paz e das unidades de missão para abordar a prevenção e a resposta integradas ao VIH e à violência com base no género pode não ser suficiente para alcançar os resultados desejados. Por exemplo, embora a formação em matéria de exploração e abuso sexual esteja amplamente disponível, seja acessível e realizada, as operações de apoio à paz continuam a enfrentar desafios para traduzir a sensibilização individual para a exploração e o abuso sexual numa redução significativa desses casos. Isto apesar do efeito dissuasor individual que foi referido (mencionado em 51% das respostas). A sensibilização, a consciencialização e a formação contínua sobre o VIH e a violência baseada no género têm um papel a desempenhar; no entanto, devem ser acompanhadas por controlos de qualidade, aconselhamento individual e reconhecimento positivo das mudanças alcançadas, apoiados por mecanismos sólidos de responsabilização.

A sensibilização, a consciencialização e a formação contínua sobre o VIH e a violência baseada no género têm um papel a desempenhar; no entanto, devem ser acompanhadas por controlos de qualidade, aconselhamento individual e reconhecimento positivo das mudanças alcançadas, apoiados por mecanismos sólidos de responsabilização.



Missão conjunta da MINUSMA, Ministério da Saúde e do Conselho Superior Nacional de Luta contra o VIH para revigorar a resposta ao VIH no centro do Mali.  
© ONUSIDA/Yaye Kanny Diallo

## AÇÕES RECOMENDADAS

---

Com base nas conclusões do estudo, é apresentado um conjunto de ações recomendadas específicas para as operações de apoio à paz e para os parceiros de apoio. Procuram melhorar as ligações entre os investimentos no domínio do VIH e da violência com base no género capacidade e desempenho das operações de apoio à paz.

- **Clarificar os resultados esperados da formação integrada em matéria de violência com base no género e VIH, bem como do desenvolvimento de capacidades e da integração a nível da missão e da comunidade.**
- **Realizar novos estudos para avaliar o impacto da formação no desempenho das operações de apoio à paz e a contribuição para o cumprimento dos mandatos.** Embora tenham sido realizados alguns esforços dignos de nota a este respeito, é necessária mais investigação (125, 126). Em particular, a formação em VIH e violência baseada no género deve incorporar uma componente de avaliação desde o início. A ONU já deu um passo importante neste sentido com a recente publicação das suas Diretrizes sobre a Conceção, Realização e Avaliação da Formação (127). No entanto, a aplicação das diretrizes de avaliação está muitas vezes sujeita a prioridades, custos, disponibilidade de competências de avaliação e retorno esperado, podendo ser facilmente descurada. As organizações de implantação devem envidar esforços adicionais para investir estrategicamente em avaliações da formação nas áreas que investigam o efeito da formação no comportamento e no desempenho profissional, bem como o impacto dessas áreas. Os dados da avaliação devem ser disponibilizados ao público.
- **Investigar os fatores favoráveis e desfavoráveis que influenciam a tradução efetiva em resultados das capacidades acrescidas do pessoal e das unidades das operações de apoio à paz** no contexto da prevenção e resposta ao VIH e à violência baseada no género.



## 4. Realizar o nexu triplo: oportunidades perdidas para uma maior eficiência, colaboração e resultados

Através do envolvimento com um vasto leque de atores do desenvolvimento, do governo e da comunidade, as unidades de missão são fundamentais para promover abordagens multissetoriais e multilaterais ao VIH e à violência baseada no género. Os esforços devem ser enquadrados na abordagem do “nexu triplo”, ou nexu entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz, que apela ao aproveitamento das vantagens comparativas de cada grupo de intervenientes e ao trabalho ao longo de vários anos para alcançar resultados coletivos (128-130).

Colaboração e a coordenação em matéria de violência com base no género e de VIH entre a divisão operacional humanitária e de paz, quando ambas existem no mesmo contexto nacional, continuam a ser um desafio.

No entanto, o estudo revelou que a colaboração e a coordenação em matéria de violência com base no género e de VIH entre a divisão operacional humanitária e de paz, quando ambas existem no mesmo contexto nacional, continuam a ser um desafio. Tal como referido por um inquirido da operação de apoio à paz, *“Nas secções da missão, trabalhamos por vezes separadamente em vez de cumprirmos um mandato como uma ONU. A mesma forma de trabalhar das agências da ONU”* Isto representa uma grande oportunidade perdida de aproveitar os conhecimentos especializados que existem nas operações humanitárias no que diz respeito à prevenção e resposta ao VIH e à violência baseada no género. Os inquiridos também mencionaram uma *“questão de motivação por parte dos países de acolhimento”* e a manutenção de uma *“boa colaboração entre as componentes da missão e as instituições nacionais responsáveis pelo VIH/SIDA, questões de género, VSBG e VSRC [...]”* como desafios à colaboração e apoio aos processos e instituições do país de acolhimento.

Tal como salientado na avaliação encomendada pelo Grupo de Gestão para a Avaliação Humanitária Interagências sobre a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres e Raparigas de 2020, *“o sistema internacional encontra-se num novo território ao considerar a promoção da integração da perspectiva de género no processo nexu na sua atual iteração”* (131).

### AÇÕES RECOMENDADAS

Com base nas conclusões do estudo, foi publicado um conjunto de ações recomendadas específicas para as operações de apoio à paz e para os parceiros de apoio. Procuram melhorar a eficácia, a colaboração e os resultados das operações de apoio à paz:

- **Realizar uma investigação mais aprofundada sobre as lacunas e oportunidades no que respeita ao envolvimento das operações de apoio à paz com as partes interessadas e as plataformas relevantes** (equipas conjuntas das Nações Unidas sobre a SIDA, agrupamentos humanitários, sistema de saúde, organizações não governamentais internacionais e locais, comunidades) nos seus esforços para implementar ações relativas ao VIH e à violência com base no género no âmbito do seu mandato de proteção.
- **Explorar a forma como a prevenção e a resposta integradas ao VIH e à violência com base no género podem constituir uma agenda em torno da qual se possa desenvolver uma visão estratégica e/ou um quadro global para melhorar os modos de colaboração intersectorial**, em conformidade com a prioridade do sistema das Nações Unidas relativa à adoção do nexu triplo.

## 5. Questões persistentes: O estigma e a discriminação em relação ao VIH continuam a ser um desafio

Mais de 20 anos depois de o Conselho de Segurança da ONU ter adotado a Resolução 1308 (17 de julho de 2000), o VIH continua a ser uma área que requer atenção por parte das operações de apoio à paz e dos parceiros de apoio.

São ainda necessários progressos para garantir que o recrutamento não seja discriminatório em relação ao estado de VIH. Uma vez destacadas, as pessoas que vivem com o VIH devem também dispor de um ambiente de apoio que garanta o seu direito à privacidade, à confidencialidade e à não discriminação.

Uma das principais questões destacadas pelo estudo neste domínio é a falta de clareza sobre os requisitos de pré-implantação relacionados com o VIH. Os inquiridos salientaram a utilização de testes de VIH obrigatórios por parte dos países que contribuem com a polícia e dos países que contribuem com tropas antes do destacamento - mesmo que as operações de apoio à paz não solicitem informações sobre o estado de VIH nos processos de recrutamento ou incluam o estado de VIH positivo como fator de desqualificação para o serviço (132).<sup>19</sup> Os inquiridos de metade dos países que contribuem com tropas e dos países que contribuem com a polícia no estudo também indicaram que as pessoas seropositivas não estão autorizadas a ser destacadas para missões de paz da ONU ou da União Africana, ou que o seu destacamento pode estar sujeito a determinadas condições. Seria necessário um trabalho mais aprofundado para esclarecer se o teste obrigatório do VIH e o estatuto de seronegativo fazem efetivamente parte dos requisitos prévios ao destacamento dos países contribuintes para a polícia e dos países contribuintes para as tropas (ou do país anfitrião das operações de apoio à paz), ou se são apenas entendidos como tal pelos agentes policiais ou militares. Não obstante, são ainda necessários progressos para garantir que o recrutamento não seja discriminatório em relação ao estado de VIH. Uma vez destacadas, as pessoas que vivem com o VIH devem também dispor de um ambiente de apoio que garanta o seu direito à privacidade, à confidencialidade e à não discriminação.

O estudo revelou que, durante o destacamento, persistem lacunas na utilização dos serviços institucionais disponíveis em matéria de VIH. Este facto pode estar parcialmente ligado a uma insuficiente sensibilização individual para os riscos e a um fraco apoio por parte da chefia da missão. Como sublinhado por um inquirido de uma operação de apoio à paz, “[...] alguns gestores de topo não têm conhecimento do mandato da secção VIH/SIDA e também a maioria dos nossos colegas [...] comportam-se como se nunca pudessem ser infetados um dia.” O estigma e a discriminação relacionados com o VIH também continuam a ser um desafio nas operações de apoio à paz. O pessoal destacado continua a ter atitudes discriminatórias em relação às pessoas que vivem com o VIH, apesar da formação ministrada antes do destacamento e durante a missão. O terceiro resultado mais frequentemente mencionado a nível individual da formação em VIH (mencionado em 12% das respostas) foi o aumento da sensibilidade no comportamento profissional do inquirido. E, no entanto, uma mulher agente da polícia recentemente destacada para a Missão da UA na Somália (AMISOM) declarou: “Eu [...] apoio firmemente o facto de os agentes da polícia com VIH e SIDA não deverem ser autorizados a participar em qualquer missão da ONU ou da UA, para reduzir a propagação desta doença mortal. Não se trata de estigmatizar, mas de evitar.”

<sup>19</sup> As Nações Unidas (Departamento de Operações de Manutenção da Paz) apoiam firmemente uma política de aconselhamento e despistagem voluntários e confidenciais, salientando que não exige que os indivíduos sejam submetidos a despistagem do VIH em qualquer altura em relação ao seu destacamento como soldados da paz.

## AÇÕES RECOMENDADAS

Com base nas conclusões do estudo, é apresentado um conjunto de ações recomendadas específicas para as operações de apoio à paz e para os parceiros de apoio. As conclusões procuram melhorar a forma como as operações de apoio à paz abordam o VIH, incluindo a eliminação do estigma e da discriminação relacionados com o VIH:

- **Articular claramente os requisitos de pré-destacamento relacionados com o VIH nos manuais de saúde e apoio médico da ONU e da União Africana** para servirem de instrumentos de orientação para os países que contribuem com tropas/polícias. Assegurar que o recrutamento se baseie (e seja entendido como tal) no mérito e não no estatuto de seropositivo e que, uma vez destacadas, as pessoas com VIH possam garantir o seu direito à privacidade, à confidencialidade e à não discriminação.
- **Trabalhar com a liderança da missão para garantir que as operações de apoio à paz dão prioridade à resposta ao VIH**, incluindo a abordagem do estigma e da discriminação relacionados com o VIH e o reconhecimento de que a resposta ao VIH constitui um ponto de entrada claro para a integração da violência baseada no género (133). Assegurar que os serviços de combate à violência com base no género sejam sensíveis às necessidades das pessoas que vivem com o VIH e que trabalhem no sentido de eliminar o estigma e a discriminação.



Mulher oficial militar.  
© ONUSIDA

# CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

---

A violência baseada no gênero é uma violação flagrante dos direitos humanos e um crime ao abrigo do direito internacional e humanitário. Causa danos incomensuráveis à saúde física, mental, sexual e reprodutiva dos sobreviventes. Os impactos deletérios da violência baseada no gênero são de grande alcance, afetando os sobreviventes, as suas famílias e as comunidades em geral, para além de retardarem os progressos na erradicação do VIH e na consecução da igualdade de género.

A violência com base no gênero é generalizada em contextos de conflito, frágeis e humanitários, exacerbando o risco de VIH e ameaçando a saúde e o bem-estar das pessoas já gravemente afetadas por conflitos e crises, incluindo as pessoas que vivem com VIH. O risco de contração e a vulnerabilidade ao VIH também são elevados nestes contextos. A obrigação legal, para não falar da moral, de eliminar a violência com base no gênero, associada às grandes necessidades não satisfeitas em matéria de VIH e de violência com base no gênero, reforça a urgência de investir mais na prevenção, atenuação e resposta ao VIH e à violência com base no gênero nestes contextos.

O relatório do Secretário-Geral da ONU “ A nossa agenda comum ” faz eco desta urgência, apelando à erradicação da violência baseada no gênero, nomeadamente através de um plano de resposta de emergência (134). No contexto de ambientes frágeis, os responsáveis, incluindo as operações de apoio à paz, devem desempenhar o seu papel para que estes e outros compromissos relevantes em matéria de violência baseada no gênero e VIH se tornem uma realidade no terreno.

A pesquisa efetuada para este relatório destacou vários desafios para converter os princípios acordados em ações e as ações em resultados. As conclusões sugerem que o VIH e a violência baseada no gênero continuam a ser despriorizados e desligados no contexto da criação de capacidades para o pessoal das organizações de apoio à paz, bem como na gestão e execução dos mandatos e atividades das operações de apoio à paz.

É necessária uma nova forma de atuação para melhorar a eficácia das operações de paz e cumprir as responsabilidades dos titulares de deveres nestes domínios. A adoção e a intensificação de respostas integradas, multissetoriais e transversais à violência com base no gênero e ao VIH são cruciais. A eliminação da violência e a defesa dos direitos humanos e da igualdade entre homens e mulheres devem ser os alicerces sobre os quais se devem estruturar as atividades das operações de apoio à paz nestes domínios.

Embora reconhecendo que os recursos são limitados e que existem múltiplas prioridades concorrentes, as operações de apoio à paz devem abordar a prevenção, a atenuação e a resposta ao VIH e à violência baseada no gênero dentro e fora da missão, em conformidade



com o seu mandato. Ao fazê-lo, não só está a alinhar-se com os compromissos normativos, como também tem o potencial de afetar positivamente o desempenho operacional. Com efeito, o aproveitamento das sinergias entre as intervenções no domínio do VIH e da violência com base no género e a coordenação de esforços entre onexo triplo dos sectores humanitário, do desenvolvimento e da paz em contextos frágeis têm potencial para proporcionar oportunidades de planeamento conjunto, partilha de dados e prestação integrada de serviços, o que, por sua vez, pode maximizar o impacto de recursos limitados.

O presente relatório abrangeu uma pequena parte de um debate muito mais vasto que exige mais investigação, colaboração e envolvimento multisectorial. As recomendações que se seguem são apresentadas como um contributo para o processo de construção de uma abordagem mais holística, baseada nos direitos humanos e transformadora do género, ao VIH e à violência baseada no género em contextos frágeis. Ao mesmo tempo que tomam como ponto de partida o trabalho das organizações de apoio à paz, fornecem indicações mais amplas aos detentores de deveres nos domínios do desenvolvimento, da paz e da segurança e humanitário para progredirem na adoção e na expansão de respostas integradas, multisectoriais e transversais à violência baseada no género e ao VIH.



1

**Deve ser incluída uma linguagem clara e explícita sobre o VIH e a violência com base no género em todos os mandatos relevantes das operações de apoio à paz e traduzida em ações através da adoção e da expansão de respostas integradas, multisectoriais e transversais ao VIH e à violência com base no género,** sustentadas pelos princípios da igualdade entre os sexos e dos direitos humanos e apoiadas por planos operacionais e orçamentos claros.

Não basta que a violência baseada no género e o VIH estejam implícitos nos mandatos das operações de apoio à paz. A formulação deve ser explícita e apoiada por planos operacionais claros sobre a forma como o mandato se traduzirá em ações, nomeadamente através de uma formação integrada e de elevada qualidade, antes da colocação, de *todo o* pessoal sobre os direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva (incluindo o VIH) e a violência baseada no género (incluindo a violência sexual relacionada com conflitos e a exploração e abuso sexuais). A documentação sobre se e como as operações de apoio à paz com um mandato explícito de prevenção e resposta à violência baseada no género se traduzem em ações transformadoras seria útil para a aprendizagem horizontal.

Quarenta anos de experiência adquirida com a resposta ao VIH demonstraram que a multisectorialidade,<sup>20</sup> *mainstreaming*<sup>21</sup> e a integração<sup>22</sup> são cruciais para obter melhores resultados, reduzir as desigualdades e promover o bem-estar geral nas comunidades afetadas. Isto significa utilizar uma combinação adequada de intervenções baseadas na saúde e não baseadas na saúde (tendo em conta os fatores sociais, económicos e culturais mais amplos que impulsionam tanto o VIH

20 As abordagens multisectoriais ao VIH podem ser definidas como aquelas que “procuram reduzir a prevalência do VIH, prestar cuidados e tratamento às pessoas que vivem com o VIH (PVVS) e atenuar os impactos da epidemia nas populações afetadas, utilizando uma combinação adequada de intervenções baseadas na saúde e não baseadas na saúde e envolvendo um vasto leque de partes interessadas na sua conceção e implementação” (135).

21 A integração da SIDA refere-se a “um processo que permite aos atores do desenvolvimento abordar as causas e os efeitos da SIDA de uma forma eficaz e sustentada, tanto através do seu trabalho habitual como no seu local de trabalho” (136).

22 A noção de integração foi formalizada em 2016, quando a Assembleia Mundial da Saúde adotou o Quadro da OMS sobre Serviços de Saúde Integrados Centrados nas Pessoas, que apresenta uma visão de “igualdade de acesso a serviços de saúde de qualidade que são... coordenados através do continuum de cuidados, e são abrangentes, seguros, eficazes, atempados, eficientes e aceitáveis” (137).

como a violência com base no género e que exacerbam o estigma e a discriminação relacionados com o VIH), envolvendo um vasto leque de intervenientes e sectores na sua conceção e implementação (desde a saúde à educação, ao emprego, à justiça, à assistência social e às comunidades afetadas) e assegurando que os serviços são estruturados em torno de abordagens centradas nas pessoas e nos sobreviventes (sustentadas por uma compreensão clara de onde as questões que envolvem o VIH e a violência com base no género são distintas, bem como onde se sobrepõem).

É fundamental reforçar a coordenação, a coerência e o diálogo entre os intervenientes nos domínios do desenvolvimento, da paz e da segurança e da ajuda humanitária (138) nestes domínios. Isto inclui o reforço das capacidades do pessoal das operações de apoio à paz, dos agentes humanitários e de desenvolvimento que apoiam as mesmas comunidades em matéria de violência com base no género e de prevenção, resposta e atenuação do VIH, bem como a garantia de um envolvimento significativo das comunidades, incluindo as organizações lideradas por mulheres vivendo com VIH e outras organizações lideradas pela comunidade que possam estar presentes nestes contextos. O aproveitamento dos conhecimentos especializados sobre o VIH e a violência com base no género que possam existir nos diferentes sectores, por exemplo, através de sessões de formação de formadores intersectoriais sobre o VIH e a violência com base no género e as suas interligações, constitui uma oportunidade potencial valiosa para melhorar a capacidade nestas questões, através da partilha de recursos.

Os documentos políticos que partilham as melhores práticas e definem quadros conceptuais claros sobre as interligações entre o VIH e a violência com base no género, assentes numa abordagem baseada nos direitos humanos, poderiam também contribuir para o processo de integração. Inclui orientações para os responsáveis sobre a forma de traduzir os compromissos assumidos em matéria de VIH e de violência com base no género em esforços de prevenção, atenuação e resposta que respondam às necessidades intersectoriais dos sobreviventes da violência com base no género e das pessoas afetadas pelo VIH e que vivem com ele.



## 2

**Devem ser criados mecanismos sólidos de responsabilização a todos os níveis,** a fim de garantir a aplicação efetiva, por parte dos responsáveis, da miríade de declarações e compromissos já em vigor sobre o VIH e a violência baseada no género em contextos frágeis.

Neste contexto, os detentores de obrigações em contextos frágeis devem demonstrar responsabilidade perante as populações afetadas, incluindo a facilitação da liderança das comunidades afetadas na monitorização dos serviços prestados e no feedback sobre os mesmos. Especialmente importante é a inclusão e a liderança das mulheres, incluindo as mulheres que vivem com o VIH, as populações-chave e os jovens.

Este estudo salientou lacunas significativas na conversão dos compromissos normativos sobre o VIH e a violência baseada no género em capacidade das operações de apoio à paz.

Os incentivos individuais e sistémicos e os mecanismos de responsabilização para respeitar os imperativos legais e os compromissos normativos para combater o VIH e a violência baseada no género em contextos frágeis são essenciais, sobretudo no

contexto das operações de apoio à paz.<sup>23</sup> Devem ser reforçados a todos os níveis, desde o nível coletivo até às operações individuais de apoio à paz, passando por:

- Uma forte ação de sensibilização dos Estados membros da ONU.
- O Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS) definem e monitorizam claramente os mandatos específicos em matéria de VIH e violência baseada no género para as operações de apoio à paz.
- O Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas e a Divisão de Operações de Apoio à Paz da Comissão da União Africana dão ativamente prioridade a estas questões, incluindo no âmbito dos orçamentos.
- A nível da missão, através de mecanismos de controlo e responsabilização liderados pela comunidade.



3

**Os responsáveis devem chegar a um acordo e comprometer-se com uma agenda de investigação multissetorial e viável sobre o VIH e a violência com base no género em contextos frágeis, orientada por uma avaliação das lacunas de provas e tendo em conta a complexidade, a sensibilidade e a interseccionalidade da violência com base no género e do VIH em contextos frágeis.** Isto inclui a capacitação das comunidades para se apropriarem da produção de provas e a criação de planos de ação claros sobre a forma como as provas irão informar a ação no terreno.

A produção de provas sobre o VIH e a violência com base no género e as suas interligações em contextos frágeis é uma parte vital do desenvolvimento de abordagens multissetoriais e integradas que assentam nos direitos humanos. Para que se possa progredir no domínio do VIH e da violência baseada no género nestes contextos, incluindo uma boa defesa da sua priorização e integração, é necessária uma melhor compreensão do que se passa no terreno, bem como das experiências dos diferentes grupos afetados. Para obter uma compreensão abrangente da situação no terreno e enfrentar os desafios colocados pelo VIH e pela violência baseada no género em contextos frágeis, é imperativo desagregar por população e adotar uma abordagem intersectorial. Isto significa que os dados devem ser repartidos e analisados com base em várias categorias, como o sexo, a idade, a etnia, o estatuto socioeconómico e outras características relevantes. Ao fazê-lo, podemos obter informações sobre as experiências únicas e as vulnerabilidades enfrentadas pelos diferentes grupos que são afetados por estas questões.

Para tal, é necessário que os responsáveis e outras partes interessadas relevantes se comprometam com uma investigação multissetorial que tenha em conta o ambiente operacional difícil, a complexidade, a sensibilidade e a interseccionalidade (139) da violência com base no género e do VIH em contextos frágeis. A capacitação das comunidades para se apropriarem da produção de provas é fundamental para garantir que a investigação seja relevante e sensível ao contexto local e que o processo de investigação apoie as capacidades locais (140) e seja adaptado às realidades dos contextos frágeis.

<sup>23</sup> O estudo sugere que os mecanismos de responsabilização e os incentivos para que as operações de apoio à paz e o seu pessoal atuem no domínio do VIH e da violência baseada no género nem sempre correspondem aos compromissos institucionais assumidos. Apesar das múltiplas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e dos documentos da União Africana que apelam à melhoria da capacidade das operações de apoio à paz no que respeita ao VIH e à violência baseada no género, o estudo salientou um compromisso hesitante por parte dos dirigentes e lacunas significativas de capacidade nestas áreas. São cruciais esforços adicionais para aplicar as políticas de formação existentes nestes domínios e para responsabilizar os países contribuintes de tropas/polícias e os líderes das operações de apoio à paz pela prontidão operacional nestes domínios.





Acampamento médico organizado pela Missão da União Africana na Somália (AMISOM).  
© Foto da AMISOM/Mukhtar Nuur



# REFERÊNCIAS

1. A year of “vast humanitarian need”: Crises the world can’t ignore in 2023. In: International Committee of the Red Cross [website]. Geneva: International Committee of the Red Cross; 2023 ([www.icrc.org/en/document/humanitarian-crises-world-cant-ignore-2023](http://www.icrc.org/en/document/humanitarian-crises-world-cant-ignore-2023), accessed 19 October 2023).
2. United Nations High Commissioner for Refugees, World Food Programme. High level meeting on HIV/AIDS. Humanitarian fact sheet. Geneva: UNHCR; 2019. ([https://hivinemergencies.org/sites/default/files/inline-files/Final\\_HIV%20Data%20Doc%20UNHCR\\_WFP\\_May%202020.pdf](https://hivinemergencies.org/sites/default/files/inline-files/Final_HIV%20Data%20Doc%20UNHCR_WFP_May%202020.pdf), accessed 19 October 2023).
3. Vu A, Adam A, Wirtz A, et al. The prevalence of sexual violence among female refugees in complex humanitarian emergencies: a systematic review and meta-analysis. *PLOS Currents*, 2014, 6.
4. Frequently asked questions: Types of violence against women and girls. In: UN Women [website]. New York: UN Women. ([www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/faqs/types-of-violence](http://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/faqs/types-of-violence), accessed 19 October 2023).
5. United Nations Secretariat. Secretary-General’s Bulletin on Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse. New York: United Nations; 9 October 2003 (ST/SGB/2003/13). ([www.unhcr.org/media/secretary-generals-bulletin-special-measures-protection-sexual-exploitation-and-sexual-abuse](http://www.unhcr.org/media/secretary-generals-bulletin-special-measures-protection-sexual-exploitation-and-sexual-abuse), accessed 19 October 2023).
6. United Nations Security Council. Conflict-related sexual violence. Report of the United Nations Secretary-General. New York: United Nations; 03 June 2020 (S/2020/487). (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/065/40/PDF/N2006540.pdf?OpenElement>, accessed 19 October 2023).
7. Global Protection Cluster. MODULE 4: Responding to a GBV disclosure as a non-GBV specialist. Guidelines for Integrating Gender-based Violence Interventions in Humanitarian Action. Geneva: Inter-Agency Standing Committee; 2016. ([https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2016/10/Module-4\\_Responding-to-GBV-disclosure\\_Slides-FINAL.pptx](https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2016/10/Module-4_Responding-to-GBV-disclosure_Slides-FINAL.pptx), accessed 19 October 2023).
8. Framework on integrated, people-centred health services. Report by the Secretariat. Geneva: World Health Organization; 15 April 2016. (A/69/39). ([https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA69/A69\\_39-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA69/A69_39-en.pdf), accessed 19 October 2023).
9. Quality of care in fragile, conflict-affected and vulnerable settings. In: World Health Organization [website]. Geneva: World Health Organization; 2023 ([www.who.int/teams/integrated-health-services/quality-health-services/quality-of-care-in-fragile-conflict-affected-and-vulnerable-settings#:~:text=Fragile%2C%20conflict%2Daffected%20and%20vulnerable%20\(FCV\)%20settings%20is,protracted%20emergencies%20and%20armed%20conflicts](http://www.who.int/teams/integrated-health-services/quality-health-services/quality-of-care-in-fragile-conflict-affected-and-vulnerable-settings#:~:text=Fragile%2C%20conflict%2Daffected%20and%20vulnerable%20(FCV)%20settings%20is,protracted%20emergencies%20and%20armed%20conflicts), accessed 19 October 2023).
10. States of fragility 2022. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; 2022. ([www.oecd-ilibrary.org/sites/c7fedf5e-en/index.html?itemId=/content/publication/c7fedf5e-en](http://www.oecd-ilibrary.org/sites/c7fedf5e-en/index.html?itemId=/content/publication/c7fedf5e-en), accessed 19 October 2023).
11. Adapted from the African Union Doctrine on Peace Support Operations. Addis Ababa: African Union; 2019. ([www.peaceau.org/uploads/en-au-pso-doctrine-final-draft.pdf](http://www.peaceau.org/uploads/en-au-pso-doctrine-final-draft.pdf), accessed 19 October 2023) and Terminology. In: United Nations Peacekeeping [website]. New York: United Nations Peacekeeping; 2019 (<https://peacekeeping.un.org/en/terminology>, accessed 19 October 2023).
12. Global AIDS strategy 2021–2026: End inequalities. End AIDS. Geneva: ONUSIDA; 2021. ([www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/global-AIDS-strategy-2021-2026\\_en.pdf](http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/global-AIDS-strategy-2021-2026_en.pdf), accessed 19 October 2023).
13. Framework on integrated, people-centred health services. Report by the Secretariat. Geneva: World Health Organization; 15 April 2016. (UN Doc A69/39). ([https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA69/A69\\_39-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA69/A69_39-en.pdf), accessed 19 October 2023).
14. Kuchukhidze S, Panagiotoglou D, Boily MC, et al. The effects of intimate partner violence on women’s risk of HIV acquisition and engagement in the HIV treatment and care cascade: a pooled analysis of nationally representative surveys in sub-Saharan Africa. *Lancet HIV*. 2023; 10:e107–117.
15. Durevall D, Lindskog A. Intimate partner violence and HIV in ten sub-Saharan African countries: what do the Demographic and Health Surveys tell us? *Lancet Global Health*. 2015; 3:e34–43.

16. Leis M, McDermott M, Koziarz A, et al. Intimate partner and client-perpetrated violence are associated with reduced HIV pre-exposure prophylaxis (PrEP) uptake, depression and generalized anxiety in a cross-sectional study of female sex workers from Nairobi, Kenya. *J. Int. AIDS Soc.*. 2021; 24(Suppl2):e25711.
17. Mendoza C, Barrington C, Donastorg Y, et al. Violence from a sexual partner is significantly associated with poor HIV care and treatment outcomes among female sex workers in the Dominican Republic. *J. Acquired Immune Deficiency Syndromes*. 2017; 74(3):273-8.
18. Ogbonnaya IN, Reed E, Wanyenze RK, et al. Perceived barriers to HIV care and viral suppression comparing newly diagnosed women living with HIV in rural Uganda with and without a history of intimate partner violence. *J. Interpersonal Violence*; 2021; Jun 26:8862605211028284.
19. Hatcher AM, Brittain K, Phillips TK, et al. Longitudinal association between intimate partner violence and viral suppression during pregnancy and postpartum in South African women. *AIDS*. 2021;35(5):791–799.
20. Hampanda KM. Intimate partner violence and HIV-positive women's non-adherence to antiretroviral medication for the purpose of prevention of mother-to-child transmission in Lusaka, Zambia. *Soc. Sci. Med.* 2016; 153:123–130.
21. Kidman R, Violari A. Dating violence against HIV-infected youth in South Africa: associations with sexual risk behavior, medication adherence, and mental health. *J Acquired Immune Deficiency Syndromes*. 2018; 77(1):64–71.
22. Shang, B. Tackling gender inequality: definitions, trends, and policy designs. Working Paper 2022/232. Washington, DC: International Monetary Fund; 2022 (ISBN/ISSN: 9798400224843/1018-5941). ([www.imf.org/-/media/Files/Publications/WP/2022/English/wpiea2022232-print-pdf.ashx](http://www.imf.org/-/media/Files/Publications/WP/2022/English/wpiea2022232-print-pdf.ashx), accessed 19 October 2023).
23. States of fragility 2022. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; 2022. ([www.oecd-ilibrary.org/sites/c7fedf5e-en/index.html?itemId=/content/publication/c7fedf5e-en](http://www.oecd-ilibrary.org/sites/c7fedf5e-en/index.html?itemId=/content/publication/c7fedf5e-en), accessed 19 October 2023).
24. Global gender gap report 2021. Cologny: World Economic Forum; 2021. ([www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2021.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf), accessed 19 October 2023).
25. Global AIDS strategy 2021–2026. End inequalities. End AIDS. Geneva: ONUSIDA; 2021. ([https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/global-AIDS-strategy-2021-2026\\_en.pdf#:~:text=The%20Global%20AIDS%20Strategy%20aims%20to%20reduce%20these,AIDS%20as%20a%20public%20health%20threat%20by%202030](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/global-AIDS-strategy-2021-2026_en.pdf#:~:text=The%20Global%20AIDS%20Strategy%20aims%20to%20reduce%20these,AIDS%20as%20a%20public%20health%20threat%20by%202030), accessed 19 October 2023).
26. Shelter from the storm: a transformative agenda for women and girls in a crisis-prone world. State of the world population 2015. New York: United Nations Population Fund; 2015. ([www.unfpa.org/sites/default/files/sowp/downloads/State\\_of\\_World\\_Population\\_2015\\_EN.pdf](http://www.unfpa.org/sites/default/files/sowp/downloads/State_of_World_Population_2015_EN.pdf), accessed 19 October 2023).
27. African Union, H6 (UNFPA, UNICEF, UN Women, WHO, ONUSIDA, World Bank Group). Towards intensified African Union– United Nations cooperation for the elimination of sexual and gender-based violence and protecting the health and rights of women and children in humanitarian settings. Geneva: ONUSIDA; 2018.
28. Why we need more female voices while addressing humanitarian crises. In: World Economic Forum [website]. Cologny: World Economic Forum; 2022 ([www.weforum.org/agenda/2022/05/listening-to-female-voices-can-stop-humanitarian-crises-harming-women-s-and-girls-health/](http://www.weforum.org/agenda/2022/05/listening-to-female-voices-can-stop-humanitarian-crises-harming-women-s-and-girls-health/), accessed 19 October 2023).
29. Heise L, McGrory E. Violence against women and girls and HIV: Report on a high level consultation on the evidence and implications, 12–14 May 2015. Greentree Estate. London: STRIVE Research Consortium and London School of Hygiene and Tropical Medicine; 2016. ([www.whatworks.co.za/documents/publications/83-green-report-ii-1/file](http://www.whatworks.co.za/documents/publications/83-green-report-ii-1/file), accessed 19 October 2023).
30. Wood EJ. Rape as a practice of war: toward a typology of political violence. *Politics & Society*. 46(4): 513–537. ([doi.org/10.1177/0032329218773710](https://doi.org/10.1177/0032329218773710)).
31. Gevers A, Musuya T, Bukuluki P. Why climate change fuels violence against women. In: United Nations Development Programme [website]. New York: United Nations Development Programme; 2020 ([www.undp.org/blog/why-climate-change-fuels-violence-against-women](http://www.undp.org/blog/why-climate-change-fuels-violence-against-women), accessed 19 October 2023).
32. Castañeda Camey I, Sabater L, Owren C, et al. Gender-based violence and environment linkages: The violence of inequality. Wen, J. (ed.) Gland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources; 2020. ([doi.org/10.2305/IUCN.CH.2020.03.en](https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2020.03.en)).
33. Gender, Displacement and Climate Change. Geneva and Postdam: UNHCR, German Council on Foreign Relations, Postdam Institute for Climate Impact Research; 2022. ([www.unhcr.org/5f21565b4.pdf](http://www.unhcr.org/5f21565b4.pdf), accessed 19 October 2023).
34. OECD Development Co-operation Directorate. Understanding fragility. How fragile contexts affect the well-being and potential of women and girls. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; 2022. ([www.oecd.org/dac/2022-women-girls-fragility.pdf](http://www.oecd.org/dac/2022-women-girls-fragility.pdf), accessed 19 October 2023).
35. Global Protection Cluster. Thematic Area Guide for: Guidelines for integrating gender-based violence interventions in humanitarian action. Reducing risk, promoting resilience and aiding recovery. Protection. Geneva: Inter-Agency Standing Committee; 2015. ([https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2015/09/TAG-protection-08\\_26\\_2015.pdf](https://gbvguidelines.org/wp/wp-content/uploads/2015/09/TAG-protection-08_26_2015.pdf), accessed 19 October 2023).
36. That never happens here: sexual and gender-based violence against men, boys, and/including LGBTIQ+

- persons in humanitarian settings. Geneva: International Committee of the Red Cross, Norwegian Red Cross; 2022. [www.icrc.org/en/document/sexual-gender-violence-against-men-boys-lgbtq](https://www.icrc.org/en/document/sexual-gender-violence-against-men-boys-lgbtq)
37. Concept paper: ending sexual and gender-based violence in humanitarian crises. International Conference hosted by Norway, Iraq, Somalia, United Arab Emirates, UN OCHA, UNFPA, ICRC. New York: UN OCHA; 2019. (<https://az659834.vo.msecnd.net/eventsairwesteuprod/production-possibility-public/d7a20c22be0145398e4bbb9ed661f2ef>, accessed 19 October 2023).
  38. Liu L, Villavicencio F, Yeung D, et al. National, regional, and global causes of mortality in 5–19-year-olds from 2000 to 2019: a systematic analysis. *Lancet Global Health*. 2022; 10:e337–347.
  39. International Federation for Human Rights and Women's Initiative for Gender Justice. Accountability for sexual and gender-based crimes at the ICC: an analysis of Prosecutor Bensouda's legacy. New York: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs; 2021. (<https://reliefweb.int/report/world/accountability-sexual-and-gender-based-crimes-icc-analysis-prosecutor-bensouda-s-legacy>, accessed 19 October 2023).
  40. OSCE Office for Democratic Institutions and Human Rights. Sexual and gender-based violence in armed conflict. Warsaw: Organization for Security and Co-operation in Europe. (<https://www.osce.org/files/f/documents/1/9/524088.pdf>, accessed 19 October 2023).
  41. Respecting and protecting health care in armed conflicts and in situations not covered by international humanitarian law. Geneva: International Committee of the Red Cross; 2012. ([www.icrc.org/en/doc/assets/files/2012/health-care-law-factsheet-icrc-eng.pdf](http://www.icrc.org/en/doc/assets/files/2012/health-care-law-factsheet-icrc-eng.pdf), accessed 19 October 2023).
  42. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, World Health Organization. The right to health. Fact Sheet No. 31. Geneva: United Nations; 2008. ([www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Factsheet31.pdf](http://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Factsheet31.pdf), accessed 19 October 2023).
  43. UNHCR Global appeal 2023. Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees; 2023. (<https://reporting.unhcr.org/globalappeal>, accessed 19 October 2023).
  44. Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict. (2020). Report of the United Nations Secretary-General. Conflict Related Sexual Violence. New York: United Nations; 3 June 2020 (S/2020/487). ([www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/07/report/conflict-related-sexual-violence-report-of-the-united-nations-secretary-general/2019-SG-Report.pdf](http://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/07/report/conflict-related-sexual-violence-report-of-the-united-nations-secretary-general/2019-SG-Report.pdf), accessed 19 October 2023).
  45. Gender-based violence: a closer look at the numbers. In: ReliefWeb [website]. New York: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs; 2019 (<https://reliefweb.int/report/world/gender-based-violence-closer-look-numbers>, accessed 19 October 2023).
  46. Addressing the links between gender-based violence and HIV in the Great Lakes Region. Regional Workshop, 15–16 July 2013, Dar-es-salaam. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization; 2013.
  47. Mandates and the legal basis for peacekeeping. In: United Nations Peacekeeping [website]. New York: United Nations. (<https://peacekeeping.un.org/en/mandates-and-legal-basis-peacekeeping>, accessed 19 October 2023).
  48. United Nations General Assembly and Security Council. Report of the Panel on United Nations Peace Operations. New York: United Nations; 2000. (A/55/305 – S/2000/809).
  49. United Nations Security Council. Resolution 1983 (2011). New York: United Nations; 2011 (S/RES/1983 (2011)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1983>, accessed 19 October 2023).
  50. United Nations Security Council. Resolution 1308 (2000). New York: United Nations; 2000 (S/RES/1308 (2000)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1308>, accessed 19 October 2023).
  51. United Nations Security Council. Resolution 1983 (2011). New York: United Nations; 2011. (S/RES/1983 (2011)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1983>, accessed 19 October 2023).
  52. United Nations Security Council. Statement by the President of the Security Council. New York: United Nations; 2005 (S/PRST/2005/33). (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/426/89/PDF/N0542689.pdf?OpenElement>, accessed 19 October 2023).
  53. United Nations Security Council. Resolution 1308 (2000). New York: United Nations; 2000 (S/RES/1308 (2000)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1308>, accessed 19 October 2023).
  54. Department of Peacekeeping Operations. DPKO/DFS Policy Directive. The role and functions of HIV/AIDS units in United Nations Peacekeeping Operations. New York: United Nations; 2007. ([https://hr.un.org/sites/hr.un.org/files/HIV\\_DPKOPolicyDocument\\_2007\\_FINAL\\_0.pdf](https://hr.un.org/sites/hr.un.org/files/HIV_DPKOPolicyDocument_2007_FINAL_0.pdf), accessed 19 October 2023).
  55. United Nations Security Council. Resolution 1888 (2009). New York: United Nations; 2009. (S/RES/1888 (2009)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1888>, accessed 19 October 2023).
  56. United Nations Security Council. Resolution 1894 (2009). New York: United Nations; 2009. (S/RES/1894 (2009)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1894>, accessed 19 October 2023).
  57. United Nations Security Council. Resolution 2467 (2019). New York: United Nations; 2019. (S/RES/2467 (2019)). (<https://www.peacewomen.org/sites/default/files/SCR2467.pdf>, accessed 19 October 2023).

58. United Nations Security Council. Resolution 1983 (2011). New York: United Nations; 2011 (S/RES/1983 (2011)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1983>, accessed 19 October 2023).
59. United Nations Security Council. Resolution 2467 (2019). New York: United Nations; 2019 (S/RES/2467 (2019)). (<https://www.peacewomen.org/sites/default/files/SCR2467.pdf>, accessed 19 October 2023).
60. United Nations Security Council. Resolution 1308 (2000). New York: United Nations; 2000 (S/RES/1308 (2000)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1308>, accessed 19 October 2023).
61. United Nations Security Council. Resolution 1983 (2011). New York: United Nations; 2011 (S/RES/1983 (2011)). (<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/HIV%20SRES%201983.pdf>, accessed 19 October 2023).
62. United Nations Security Council. Resolution 1820 (2008). New York: United Nations; 2008 (S/RES/1820 (2008)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1820>, accessed 19 October 2023).
63. United Nations Security Council. Resolution 1983 (2011). New York: United Nations; 2011 (S/RES/1983 (2011)). (<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/HIV%20SRES%201983.pdf>, accessed 19 October 2023).
64. United Nations Security Council. Resolution 2106 (2013). New York: United Nations; 2013 (S/RES/2106 (2013)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2106>, accessed 19 October 2023).
65. United Nations Security Council. Resolution 2122 (2013). New York: United Nations; 2013 (S/RES/2122 (2013)). ([https://undocs.org/s/res/2122\(2013\)](https://undocs.org/s/res/2122(2013)), accessed 19 October 2023).
66. United Nations Security Council. Resolution 2242 (2015). New York: United Nations; 2015 (S/RES/2242 (2015)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2122>, accessed 19 October 2023).
67. United Nations Security Council. Resolution 1983 (2011). New York: United Nations; 2011 (S/RES/1983 (2011)). (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1983>, accessed 19 October 2023).
68. ONUSIDA epidemiological estimates, 2023. In: AidsInfo [website]. (<https://aidsinfo.unaids.org/>, accessed 19 October 2023).
69. African Union, UN Women. Gender equality, women's empowerment (GEWE) and HIV in Africa: the impact of intersecting issues and key continental priorities. Addis Ababa: African Union; 2021. ([https://au.int/sites/default/files/documents/41625-doc-AU\\_GENDER\\_EQUALITY\\_WOMENS\\_EMPOWERMENT\\_AND\\_HIV\\_IN\\_AFRICA\\_FULL\\_REPORT\\_ENGLISH\\_FINAL.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/41625-doc-AU_GENDER_EQUALITY_WOMENS_EMPOWERMENT_AND_HIV_IN_AFRICA_FULL_REPORT_ENGLISH_FINAL.pdf), accessed 19 October 2023).
70. ONUSIDA Special Report, African Union Summit May 2013. Geneva: ONUSIDA; 2013. ([https://www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/20130521\\_Update\\_Africa\\_1.pdf](https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/20130521_Update_Africa_1.pdf), accessed 19 October 2023).
71. Protocol to the African Charter on Human and Peoples' Rights on the Rights of Women in Africa. Addis Ababa: African Union; 2003. (<https://au.int/en/treaties/protocol-african-charter-human-and-peoples-rights-rights-women-africa>, accessed 19 October 2023).
72. Report on the Implementation of the Women, Peace & Security Agenda in Africa 2020. Addis Ababa: African Union; 2020. ([https://au.int/sites/default/files/documents/42544-doc-WPS\\_AGENDA\\_IN\\_AFRICA\\_REPORT\\_2020\\_ENGLISH\\_VERSION.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/42544-doc-WPS_AGENDA_IN_AFRICA_REPORT_2020_ENGLISH_VERSION.pdf), accessed 19 October 2023).
73. The African Union Peace and Security Council Handbook 2021. Guide on the Council's Procedure, Practice and Traditions. Addis Ababa: Amani Africa, 2021. (<https://amaniafrica-et.org/wp-content/uploads/2021/10/Amani-Africa-Handbook-2021-English.pdf>, accessed 19 October 2023).
74. Peace and Security Section of the United Nations Department of Global Communications. United Nations Peacekeeping. Peacekeeping operations fact sheet. 31 October 2021. New York: United Nations; 2021. ([https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/peacekeeping\\_missions\\_fact\\_sheet\\_245\\_october\\_2021\\_en.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/peacekeeping_missions_fact_sheet_245_october_2021_en.pdf), accessed 19 October 2023).
75. Troop and police contributors. In: United Nations Peacekeeping [website]. New York: United Nations; 2023. (<https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>, accessed 19 October 2023).
76. The African Union peace and security council handbook 2021: Guide on the Council's procedure, practice and traditions. Addis Ababa: Amani Africa Media and Research Services; 2021 (<https://amaniafrica-et.org/wp-content/uploads/2021/10/Amani-Africa-Handbook-2021-English.pdf>, accessed 19 October 2023).
77. African Union. Protocol on integrating HIV interventions in African Union Commission peace support operations. Revised draft Post Workshop. Addis Ababa: African Union Commission; 2013.
78. Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict, African Union. Framework of Cooperation between the United Nations Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict and the African Union Commission Concerning the Prevention and Response to Conflict-Related Sexual Violence in Africa. Addis Ababa: AU; 2014.
79. United Nations Office of the Special Representative of the Secretary General on Sexual Violence in Conflict and the African Union Commission. "Declaration on 2015 Year of Women's Empowerment and Development towards Africa's Agenda 2063. Assembly/Au/Decl.1(XXV)" in Assembly of the Union Twenty-Fifth Ordinary Session, 14–15 June 2015, Johannesburg. Decisions and Declarations. Addis Ababa: African Union Commission; 2015.



80. African Union humanitarian policy framework. Addis Ababa: African Union; 2018.
81. African Union Policy on Prevention and Response to Sexual Exploitation and Abuse for Peace Support Operations. Addis Ababa: African Union Commission; 2018.
82. African Union. African Union Policy of Conduct and Discipline for Peace Support Operations. Addis Ababa: African Union Commission; 2018.
83. Office of the Special Envoy on Women, Peace and Security, Chairperson of the African Union Commission. Continental Results Framework: Monitoring and Reporting on the Implementation of the Women, Peace and Security Agenda in Africa (2018–2028). Addis Ababa: African Union Commission; 2018.
84. United Nations Security Council. Resolution 2164 (2014). New York: United Nations; 2014; ([https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2164\(2014\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2164(2014))), accessed 19 October 2023).
85. United Nations Security Council. Resolution 2556 (2020). New York: United Nations; 2020; ([https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/s\\_res\\_25562020\\_e.pdf](https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/s_res_25562020_e.pdf)), accessed 19 October 2023).
86. United Nations Security Council. Resolution 2567 (2021). New York: United Nations; 2021; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2567>), accessed 19 October 2023).
87. United Nations Security Council. Resolution 2552 (2020). New York: United Nations; 2020; ([https://minusca.unmissions.org/sites/default/files/unsc\\_res\\_2552\\_2020\\_e\\_-\\_minusca.pdf](https://minusca.unmissions.org/sites/default/files/unsc_res_2552_2020_e_-_minusca.pdf)), accessed 19 October 2023).
88. United Nations Security Council. Resolution 1325 (2000). New York: United Nations; 2000; ([https://undocs.org/en/S/RES/1325\(2000\)](https://undocs.org/en/S/RES/1325(2000))), accessed 19 October 2023).
89. United Nations Security Council. Resolution 1308 (2000). New York: United Nations; 2000. (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1308>), accessed 19 October 2023).
90. United Nations General Assembly. Declaration of Commitment on HIV/AIDS. Resolution A/RES/S-26/2. New York: United Nations; 2001; (<https://undocs.org/en/A/RES/S-26/2>), accessed 19 October 2023).
91. United Nations General Assembly. Political Declaration on HIV/AIDS. Resolution A/RES/60/262. New York: United Nations; 2006; (<https://undocs.org/en/A/RES/60/262>), accessed 19 October 2023).
92. United Nations Security Council. Resolution 1820 (2008). New York: United Nations; 2008; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1820>), accessed 19 October 2023).
93. United Nations Security Council. Resolution 1888 (2009). New York: United Nations; 2009; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1888>), accessed 19 October 2023).
94. United Nations Security Council. Resolution 1894 (2009). New York: United Nations; 2009; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1894>); accessed 19 October 2023).
95. United Nations Security Council. Resolution 1960 (2010). New York: United Nations; 2010; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1960>); accessed 19 October 2023).
96. African Union. African Union Humanitarian Policy Framework. Addis Ababa: African Union; 2015; (<http://www.peaceau.org/uploads/humanitarian-policy-framework-rev-final-version.pdf#:~:text=The%20African%20Union%20Humanitarian%20Policy%20Framework%20%28The%20Framework%29,%20humanitarian%20%20activities%20%20in%20%20Africa>); accessed 19 October 2023).
97. African Union Commission, H6 (UNFPA, UNICEF, UN Women, WHO, ONUSIDA, World Bank Group). Towards intensified African Union–United Nations cooperation for the elimination of sexual and gender-based violence and protecting the health and rights of women and children in humanitarian settings. Geneva: ONUSIDA; 2018.
98. United Nations Security Council. Resolution 2467 (2019). New York: UN; 2008; (<https://www.peacewomen.org/sites/default/files/SCR2467.pdf>); accessed 19 October 2023).
99. Norway, Iraq, Somalia, United Arab Emirates, UN OCHA, UNFPA, ICRC. Co-host outcome statement. Ending Sexual and Gender-Based Violence in Humanitarian Crises. Oslo Conference, 24 May 2019; ([https://interagencystandingcommittee.org/system/files/end\\_sgbv\\_oslo\\_conference\\_co-hosts\\_outcome\\_statement\\_may\\_2019.pdf](https://interagencystandingcommittee.org/system/files/end_sgbv_oslo_conference_co-hosts_outcome_statement_may_2019.pdf)), accessed 19 October 2023).
100. African Union. Continental results framework. Monitoring and reporting on the implementation of the women, peace and security agenda in Africa (2018–2028). Addis Ababa: Office of the Special Envoy on Women, Peace and Security of the Chairperson of the African Union Commission; 2019. ([https://au.int/sites/default/files/documents/35958-doc-continental\\_results\\_framework\\_wps\\_.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/35958-doc-continental_results_framework_wps_.pdf)); accessed 19 October 2023).
101. United Nations Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support. Policy: Training for all United Nations Peacekeeping Personnel. New York: United Nations; 2012; ([http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/401032/2010.20%20DPKO\\_DFS\\_POL\\_TrainingforallUNPKPersonnel\\_1May2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/401032/2010.20%20DPKO_DFS_POL_TrainingforallUNPKPersonnel_1May2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y)), accessed 19 October 2023).
102. See, for example, United Nations Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. Guidelines: Operational readiness preparation for troop contributing countries in peacekeeping missions. New York: United Nations; 2018; (<http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/401019/2018.29%20Operational%20>

Readiness%20Preparation%20Guidelines%20%28Eng%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y, accessed 19 October 2023).

103. See, for example, Resources: Training. In: United Nations/Preventing sexual exploitation and abuse [website]. (<https://www.un.org/preventing-sexual-exploitation-and-abuse/content/training>, accessed 19 October 2023).
104. United Nations Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support. Core pre-deployment training materials for United Nations peacekeeping operations. CPTM 2017. New York: United Nations; 2017.
105. United Nations Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support. Policy: Training for all United Nations Peacekeeping Personnel. New York: United Nations; 2012.
106. Secretary-General's remarks to the Security Council on peacekeeping training and capacity building. New York: United Nations; 2019; (<https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2019-05-07/secretary-generals-remarks-the-security-council-peacekeeping-training-and-capacity-building-delivered>; accessed 19 October 2023).
107. Improving security of United Nations peacekeepers: We need to change the way we are doing business. New York: United Nations; 2017; ([https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving\\_security\\_of\\_united\\_nations\\_peacekeepers\\_report.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving_security_of_united_nations_peacekeepers_report.pdf) accessed 19 October 2023).
108. A4P: Our core agenda for peacekeeping. In: Secretary-General's Initiative on Action for Peacekeeping [website]. New York: United Nations; 2018; (<https://www.un.org/en/A4P/>, accessed 19 October 2023).
109. United Nations Security Council. Resolution 1820 (2008). New York: United Nations; 2008; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1820>; accessed 19 October 2023).
110. United Nations Security Council. Resolution 1888 (2009). New York: United Nations; 2009; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1888>; accessed 19 October 2023).
111. United Nations Security Council. Resolution 1894 (2009). New York: United Nations; 2009; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1894>; accessed 19 October 2023).
112. United Nations Security Council. Resolution 1960 (2010). New York: United Nations; 2010; (<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1960>, accessed 19 October 2023).
113. African Union Humanitarian Policy Framework. Addis Ababa: African Union; 2015; (<https://www.peaceau.org/uploads/humanitarian-policy-framework-rev-final-version.pdf>, accessed 19 October 2023).
114. Office of the Special Envoy on Women, Peace and Security of the Chairperson of the African Union Commission. Continental results framework: Monitoring and reporting on the implementation of the women, peace and security agenda in Africa (2018–2028). Addis Ababa: African Union Commission; 2018.
115. African Union, H6 (UNFPA, UNICEF, UN Women, WHO, ONUSIDA, World Bank). Towards intensified African Union–United Nations cooperation for the elimination of sexual and gender-based violence and protecting the health and rights of women and children in humanitarian settings. Geneva: ONUSIDA; 2018.
116. United Nations Security Council. Resolution 2467 (2019). New York: United Nations; 2019; (<https://www.peacewomen.org/sites/default/files/SCR2467.pdf>, accessed 19 October 2023).
117. Norway, Iraq, Somalia, United Arab Emirates, UN OCHA, UNFPA, ICRC. Ending sexual and gender-based violence in humanitarian crises. Co-host outcome statement. Oslo Conference, 24 May 2019; ([https://interagencystandingcommittee.org/system/files/end\\_sgbv\\_oslo\\_conference\\_co-hosts\\_outcome\\_statement\\_may\\_2019.pdf](https://interagencystandingcommittee.org/system/files/end_sgbv_oslo_conference_co-hosts_outcome_statement_may_2019.pdf), accessed 19 October 2023).
118. Office of the Special Envoy on Women, Peace and Security of the Chairperson of the African Union Commission. Continental results framework: monitoring and reporting on the implementation of the women, peace and security agenda in Africa (2018–2028). Addis Ababa: African Union Commission; 2019; ([https://au.int/sites/default/files/documents/35958-doc-continental\\_results\\_framework\\_wps\\_.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/35958-doc-continental_results_framework_wps_.pdf), accessed 19 October 2023).
119. ONUSIDA, United Nations Department of Peacekeeping Operations. The responsibility of the Security Council in the maintenance of international peace and security: HIV/AIDS and international peacekeeping operations. Non-Paper, Geneva: ONUSIDA; 2011; ([https://www.unaids.org/sites/default/files/sub\\_landing/files/20110512\\_UNSC\\_ONUSIDA\\_DPKO\\_NonPaper.pdf](https://www.unaids.org/sites/default/files/sub_landing/files/20110512_UNSC_ONUSIDA_DPKO_NonPaper.pdf), accessed 19 October 2023).
120. United Nations Department of Peacekeeping Operations. Inventory of United Nations activities to end violence against women. New York: United Nations; 2016; (<https://evaw-un-inventory.unwomen.org/fr/agencies/dpko?unmeasure=374f85bc0a7642539434fd74e84aeb5d&pageNumber=2>, accessed 19 October 2023).
121. UN DPKO/DFS CPTM. Lesson 1.6. How Peacekeeping Operations Work. New York: United Nations; 2017. (<https://resourcehub01.blob.core.windows.net/training-files/Training%20Materials/003%20CPTM-EN/003-041%20FINAL%20Lesson%201.6%20160517.pdf>, accessed 19 October 2023).
122. Women and peace and security: Report of the Secretary-General (S/2022/740), New York: United Nations; 2022.
123. Nagel RU, Fin K, Maenza J. Gendered impacts on operational effectiveness of UN peace operations.

- Washington, DC: Georgetown Institute for Women, Peace and Security. 2021; (<https://giwps.georgetown.edu/wp-content/uploads/2021/05/G>, accessed 19 October 2023).
124. Nagel RU, Fin K. New UN handbook on sexual violence in conflict helps, but still falls short. In: Just Security [website]. 19 June 2020. (<https://www.justsecurity.org/70905/new-un-handbook-on-sexual-violence-in-conflict-helps-but-still-falls-short/>, accessed 19 October 2023).
  125. See, for instance, Nagel RU, Fin K, Maenza J. Gendered impacts on operational effectiveness of UN peace operations. Washington, DC: Georgetown Institute for Women, Peace and Security. 2021; (<https://giwps.georgetown.edu/wp-content/uploads/2021/05/Gendered-Impacts-on-Operational-Effectiveness-of-UN-Peace-Operations.pdf>, accessed 19 October 2023).
  126. Sharland L. Annual Forum Report 2020. Framing peace operations in a changing global landscape. Stockholm: International Forum for the Challenges of Peace Operations — Challenges Forum; 2020; [https://www.challengesforum.org/wp-content/uploads/2021/03/CF\\_VCAF\\_Report\\_2020.pdf](https://www.challengesforum.org/wp-content/uploads/2021/03/CF_VCAF_Report_2020.pdf)
  127. United Nations Department of Peace Operations. Guidelines, design, delivery and evaluation of training (training cycle). New York: United Nations; 2019; ([http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/400949/2019.14%20DPO%20Guidelines\\_Design%20Delivery%20and%20Evaluation%20of%20Training.pdf?sequence=5&isAllowed=y](http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/400949/2019.14%20DPO%20Guidelines_Design%20Delivery%20and%20Evaluation%20of%20Training.pdf?sequence=5&isAllowed=y), accessed 19 October 2023).
  128. OCHA Policy Development and Studies Branch. New way of working. New York: United Nations; 2017 (<https://reliefweb.int/attachments/52cb54ec-ab3c-3788-8a82-386bfdefb4ec/ocha20nwow20201720low20res.pdf>, accessed 19 October 2023).
  129. Inter-Agency Standing Committee, UN Working Group on Transitions. Background Paper on Humanitarian-Development-Peace Nexus. New York: United Nations; 2016.
  130. Learning stream: Navigating the nexus, Topic 1: The “nexus” explained. Geneva: International Council of Voluntary Agencies; 2018.
  131. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Evaluation report. New York: United Nations; 2020; ([https://www.unocha.org/sites/unocha/files/Review%20of%20Progress\\_Mainstreaming%20GEEWG%20into%20the%20Humanitarian%20Development%20and%20Peace%20Nexus%20Agenda\\_Report.pdf](https://www.unocha.org/sites/unocha/files/Review%20of%20Progress_Mainstreaming%20GEEWG%20into%20the%20Humanitarian%20Development%20and%20Peace%20Nexus%20Agenda_Report.pdf), accessed 19 October 2023).
  132. DPKO. Generic guidelines for troop-contributing countries (TCCs) deploying military units to the United Nations peacekeeping units. New York: United Nations; 2008; ([https://resourcehub01.blob.core.windows.net/\\$web/Policy%20and%20Guidance/corepeacekeepingguidance/Thematic%20Operational%20Activities/Military/TCC%20Generic%20Guidelines%20for%20Deploying%20Military%20Units%20to%20UN%20Peacekeeping%20Missions.pdf](https://resourcehub01.blob.core.windows.net/$web/Policy%20and%20Guidance/corepeacekeepingguidance/Thematic%20Operational%20Activities/Military/TCC%20Generic%20Guidelines%20for%20Deploying%20Military%20Units%20to%20UN%20Peacekeeping%20Missions.pdf), accessed 19 October 2023).
  133. ONUSIDA. Strategic directions for addressing the interlinkages of gender-based violence and HIV/AIDS. (Unpublished).
  134. Our Common Agenda — Report of the Secretary-General. New York: United Nations; 2021; (<https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/#download>, accessed 19 October 2023).
  135. Gavian S, Galaty D, Kombe G. “Multisectoral HIV/AIDS approaches in Africa: How are they evolving?” Gillespie S. (Ed.). AIDS, Poverty, and Hunger: Challenges and Responses. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute; 2006; 221–244; ([https://books.google.no/books?hl=da&lr=&id=vx-pub7TBb0C&oi=fnd&pg=PA221&dq=multisectoral+community+response+hiv&ots=Ca8vRiZISJ&sig=gg7vq0qYcKxSAdUMCNdaalHoA&redir\\_esc=y#v=onepage&q=multisectoral%20community%20response%20hiv&f=false](https://books.google.no/books?hl=da&lr=&id=vx-pub7TBb0C&oi=fnd&pg=PA221&dq=multisectoral+community+response+hiv&ots=Ca8vRiZISJ&sig=gg7vq0qYcKxSAdUMCNdaalHoA&redir_esc=y#v=onepage&q=multisectoral%20community%20response%20hiv&f=false), accessed 19 October 2023).
  136. ONUSIDA, the World Bank, UNDP. Mainstreaming HIV and AIDS in sectors and programmes. an implementation guide for national responses. New York: ONUSIDA; 2005; (<https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/19.pdf>, accessed 19 October 2023).
  137. Framework on integrated, people-centred health services. Report by the Secretariat. (15 April 2016). UN Doc A69/39. Geneva: World Health Organization; 2016; ([https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA69/A69\\_39-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA69/A69_39-en.pdf), accessed 19 October 2023).
  138. States of fragility 2022. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; 2022; ([https://www.oecd-ilibrary.org/sites/c7fedf5e-en/1/3/2/index.html?itemId=/content/publication/c7fedf5e-en&csp\\_=ed992425c7db5557b78226a6c98c6daf&itemIGO=oecd&itemContentType=book](https://www.oecd-ilibrary.org/sites/c7fedf5e-en/1/3/2/index.html?itemId=/content/publication/c7fedf5e-en&csp_=ed992425c7db5557b78226a6c98c6daf&itemIGO=oecd&itemContentType=book), accessed 19 October 2023).
  139. The value of intersectionality in understanding violence against women and girls. New York: UN Women; 2019; (<https://eca.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20ECA/Attachments/Publications/2019/10/The%20value%20of%20intersectionality%20in%20understanding%20violence%20against%20women%20and%20girls.pdf>, accessed 19 October 2023).
  140. ONUSIDA. Strategic directions for addressing the interlinkages of gender-based violence and HIV/AIDS (unpublished).



**ONUSIDA**  
**Programa Conjunto das Nações**  
**Unidas sobre o VIH/SIDA**

20 Avenue Appia  
1211 Genebra 27  
Suíça

+41 22 791 3666

[unids.org](http://unids.org)